

**Dois retratos da mulher na literatura pós-colonial:  
Maria Firmina dos Reis e Paulina Chiziane**

**Maria Inês Godinho Guarda**

**Dissertação de Mestrado em  
Português como Língua Segunda e Estrangeira**

**Março, 2023**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica das Professoras Doutoras Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale e Maria do Rosário Monteiro

## Agradecimentos

À Professora Ana Maria Martinho, por me ter dado a conhecer Paulina Chiziane e o seu trabalho e supervisionado os trabalhos que desenvolvi nos seminários de mestrado e que estiveram na base desta dissertação. Agradeço ainda a generosa disponibilidade para orientar esta dissertação e fundamental ajuda na pesquisa e enquadramento da temática no âmbito dos movimentos feministas e negros da atualidade.

À Professora Maria do Rosário Monteiro, pela inestimável coorientação deste trabalho na discussão comparativa das autoras e das suas obras e preciosas sugestões, comentários e revisão durante o processo de escrita.

Aos meus colegas, tão importantes na partilha de dúvidas e conhecimentos e na sensação de união, solidariedade, partilha e amizade, fundamentais ao longo de todo o curso de mestrado.

Aos meus pais e à Joana, por todo o apoio que me deram ao longo deste processo, ouvindo e aconselhando, e por serem pilares fundamentais na minha vida sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Aos meus amigos, sobretudo ao Miguel, pela sua paciência única para me ouvir nas minhas horas de frustração e regozijo.

Finalmente, a todos os professores do curso de Mestrado por todos os conhecimentos transmitidos e, em particular, à Professora Susete Albino, pela forma como soube ir ao meu encontro enquanto trabalhadora-estudante.

## RESUMO:

Paulina Chiziane nasceu em Manjacaze, no sul de Moçambique, em 1955. Maria Firmina dos Reis nasceu em 1822 em São Luís do Maranhão, no norte do Brasil. Ambas negras. Ambas marcadas pelo colonialismo português e pela distinção social, racial e violenta, do negro sobre o branco. Ambas romancistas pioneiras num tempo e espaço onde o reconhecimento literário pertence aos homens. Nas obras destas autoras, esse espaço de exclusão votado às mulheres é reconhecido, sendo por via do romance que cada uma expressa o seu direito a uma existência social e política através da abordagem de temas transversais a ambas: a violência do homem sobre a mulher e a desigualdade entre raças.

Não obstante os dois séculos que separam Reis e Chiziane, bem como as diferenças geográficas e socioculturais a que cada uma se reporta e que traduzem as mentalidades da sua época, não deixa de ser surpreendente a forma como a leitura de *Úrsula* (1875) e de *O Alegre Canto da Perdiz* (2008) traduz uma realidade sociocultural semelhante e como essa realidade é ainda tão atual. Esta constatação remete-nos para a questão central de como é que, a partir destes romances, podemos comparar estas duas escritoras na forma como abordam a violência do homem branco sobre a sua raça e o seu género. Como se exerce esta violência em cada tempo e sociedade e como é que ela é denunciada por via do romance? Como é que a visão do mundo destas autoras enformou a sua escrita e como é que, por sua vez, a sua obra, impactou os seus leitores e respetivas sociedades? Finalmente, como é que passados duzentos anos parece que nada mudou apesar do longo caminho que tem vindo a ser feito pelas mulheres e pelos negros na defesa dos seus direitos?

**PALAVRAS-CHAVE:** violência, racismo, colonialismo, mulher, romance, identidade

## ABSTRACT

Paulina Chiziane was born in 1955 in Manjacaze, in South Mozambique. Maria Firmina dos Reis was born in 1822 in Sao Luis of Maranhao, in the North of Brazil. Both black women. Both aggrieved by the Portuguese Colonialism and the racial and violent social discrimination imposed over their people. Both pioneer novelists in a time and space that vote literary praise solely to men. The exclusion of women from this cultural sphere is acknowledged by these authors in their novels, where they claim their rights to

a sociopolitical existence through themes transversal to one another: the violence of men over women and the racial inequality.

Despite the two centuries that separate Reis and Chiziane, and the geographical and sociocultural differences pertaining to each author, it is still surprising to verify the similar and actual sociocultural reality described in both *Úrsula* (1875) and *O Alegre Canto da Perdiz* (2008). This acknowledgment leads us to the central question of how we can compare these two writers in the way they approach the violence of the white men over their race and sex. How did this violence operated and how is it denounced through these two novels? What perspective did these women have of their world and how did it shape their writing and their respective societies? Finally, how can we understand that two centuries later nothing seems to have changed, despite the achievements of women and the black people in their fights for their rights?

**KEY-WORDS:** violence, racism, colonialism, woman, novel, identity

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ESTADO DA ARTE	4
MARIA FIRMINA DOS REIS	
1. Biografia e contextualização da sua obra	9
2. Sinopse	13
3. Análise da obra: <i>Úrsula</i>	14
PAULINA CHIZIANE	
1. Biografia e contextualização da sua obra	23
2. Sinopse	24
3. Análise da obra: <i>O Alegre Canto da Perdiz</i>	26
A MULHER NEGRA POR DETRÁS DA SUA OBRA	
4. Semelhanças e contrastes entre o Brasil escravocrata e o Moçambique independente	34
5. Uma questão colonial ou uma questão de género?	42
6. Da escrita à opinião	45
CONCLUSÃO	56
BIBLIOGRAFIA	57

## INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu do estudo da obra de Paulina Chiziane *O Alegre Canto da Perdiz* (2008), para demonstrar como uma obra literária, neste caso o romance, pode ser utilizada como material para o ensino do português como língua segunda e estrangeira. O estudo da obra em questão esteve na base da proposta de um roteiro de aula que levou, subsequentemente, a uma reflexão acerca da autora e de como a sua visão do mundo enformou a sua escrita e, por sua vez, de como esta formou a opinião dos seus leitores (e do mundo). Ambos trabalhos foram apresentados à turma enquanto elementos de avaliação dos seminários de Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira e de Literatura e Cultura dos Países de Língua Portuguesa, respetivamente.

A reflexão iniciada acerca da autora e da sua obra no âmbito dos seminários criou a vontade de prossecução do seu desenvolvimento aprofundado e do ponto de vista comparativo. Paulina Chiziane é negra, é mulher, é originária de um país que continua em busca de uma identidade que só teve direito formal a ser pensada após a descolonização e cujo percurso para a sua formulação encontra ainda fortes barreiras em demarcações geográficas que a contradizem e em imagens culturais que ainda refletem a mentalidade do colonizador.

A obra de Paulina Chiziane é, como a própria alega nas várias e recentes entrevistas que deu, uma forma de exorcizar toda esta repressão cultural e colonial que ainda pesa sobre o povo moçambicano em geral, embora Chiziane lhe dê uma outra perspetiva que já não é sobre o elemento externo do colonizador, mas sobre o que é ser mulher na sua própria sociedade. Estas duas dimensões são impossíveis de separar, porque se influenciam mutuamente. É a sua condição de mulher que lhe permite outras leituras acerca do mundo que a rodeia, tanto no que respeita à sociedade moçambicana colonial quanto pós-colonial, assim como às expetativas socioculturais que sobre ela pesaram e pesam enquanto mulher e escritora. É isso também que a diferencia e que justifica o Prémio Camões que lhe foi atribuído em 2021.

As temáticas do racismo e da discriminação de género, que são tão atuais, surgem na sua obra porque atravessam as diferentes épocas a que ela se reporta: período colonial, guerra civil e atualidade. Neste sentido, a sua visão do mundo enforma a sua escrita. Por sua vez, numa altura em que se verifica uma preocupação consciente em dar voz e agência às comunidades negras a nível mundial, por um lado, bem como denúncias de assédio e abusos sexuais nos mais diversos contextos e de que é exemplo o movimento #metoo#,

obras que abordam estas temáticas e as apresentam sob outros prismas e com possibilidade de novas leituras, contribuem para informar e enformar a opinião pública. A voz dos negros e, sobretudo, das mulheres negras, continua a ser demasiado reprimida, tanto em África quanto no mundo. Por conseguinte, importa e muito a atribuição do Prémio Camões a Paulina Chiziane, tanto pelo reconhecimento do seu talento e da importância da sua obra que ultrapassa o romance e se estende à poesia, à música, à intervenção social e ambiental, quanto pela maior visibilidade que autoras africanas podem e devem ter a nível mundial.

Valorizo, por isso, o seu pioneirismo enquanto mulher romancista em Moçambique e considere importante explorar outros sentires semelhantes em outros momentos e espaços do antigo Império Português, nomeadamente no Brasil. Foi assim que, na busca da primeira autora brasileira negra, me cruzei com a maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917), que me era desconhecida e que ainda o é do grande público, ainda que durante a última década tenham sido desenvolvidos trabalhos no campo da literatura, sobretudo, mas também da história, sobre esta autora. Tal como Chiziane, Reis não limitou a sua obra ao romance, tendo também escrito contos, poemas, composto música popular e erudita e, ainda, intervindo socialmente na causa abolicionista, tanto por intermédio dessa sua mesma obra, quanto pela sua colaboração em jornais defensores da causa. Se por um lado é surpreendente o pioneirismo desta autora negra brasileira no contexto de uma sociedade escravocrata, bem como a sua capacidade de intervenção social enquanto mulher, por outro acaba por ser natural que essas mesmas circunstâncias tenham contribuído para que a sua obra tenha sido menosprezada pelos seus contemporâneos e apenas redescoberta no terceiro quartel do século XX.

Reis e Chiziane são mulheres negras e romancistas pioneiras nos respetivos países – países, em ambos casos, com pouco mais de duas décadas de existência na altura em que começam a publicar os seus romances –, onde o reconhecimento literário foi e ainda é, em grande parte, somente votado aos homens. Na obra de cada autora, esse espaço de exclusão votado às mulheres é reconhecido, sendo por via do romance que cada uma expressa o seu direito a uma existência social e política. Conquanto cada uma tenha a sua própria agenda na intencionalidade por detrás da sua obra, há dois temas que são transversais a ambas: a violência do homem sobre a mulher e a desigualdade entre raças.

Não obstante os dois séculos que separam ambas autoras, bem como as diferenças geográficas e socioculturais a que cada uma se reporta e que traduzem as mentalidades

da sua época, não deixa de ser surpreendente a forma como a leitura de *Úrsula* (1875) e de *O Alegre Canto da Perdiz* (2008) traduzem uma realidade sociocultural semelhante e como essa realidade é ainda tão atual. Esta constatação remete-nos para a questão central de como é que, a partir destes romances, podemos comparar estas duas escritoras na forma como abordam a violência do homem branco sobre a sua raça e o seu género. Como se exerce esta violência em cada tempo e sociedade e como é que ela é denunciada por via do romance? Como é que a visão do mundo destas autoras enformou a sua escrita e como é que, por sua vez, a sua obra impactou os seus leitores e respetivas sociedades? Finalmente, como é que passados duzentos anos parece que nada mudou apesar do longo caminho que tem vindo a ser feito pelas mulheres e pelos negros na defesa dos seus direitos?

Estas são as questões a que procuraremos dar resposta no decurso deste estudo, o qual não pretende aferir da qualidade de escrita ou cânone literário de qualquer das autoras, mas apenas refletir acerca da capacidade de cada uma delas para se posicionar e ter voz no seu respetivo tempo e espaço e que consequências essa sua intervenção teve nas respetivas sociedades e no mundo.

Este estudo está organizado em duas partes respeitantes a cada autora, seguindo-se uma terceira parte que compara ambas autoras, romances selecionados e temáticas neles abordadas. A primeira parte respeita a Maria Firmina dos Reis e a segunda a Paulina Chiziane, iniciando cada uma com a biografia da autora, seguida da sinopse e, por fim, da análise do romance selecionado, *Úrsula* e *O Alegre Canto da Perdiz*, respetivamente. A terceira parte de vertente comparativa das duas escritoras encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo “Semelhanças e contrastes entre o Brasil escravocrata e o Moçambique independente”, visa entender o respetivo pioneirismo como romancistas no seu país e época. Segue-se o segundo capítulo “Uma questão colonial ou uma questão de género?”, que interroga a razão do momento e circunstâncias de emergência do primeiro romance feminino em cada país, da personalidade da autora pioneira que possibilitou essa singularidade e da recetividade da sua obra. Finalmente, este último ponto é aprofundado no terceiro e último capítulo “Da escrita à opinião”, que reflete acerca de como a existência de cada autora a conduziu à escrita e de como a emergência dessa obra literária contribuiu para o quadro cultural do seu tempo e para novas realidades.

## ESTADO DA ARTE

Conquanto Maria Firmina dos Reis seja ainda desconhecida do grande público, são numerosos os trabalhos que desde a década de 80 têm sido desenvolvidos sobre esta romancista brasileira, sobretudo no âmbito da literatura. Desde logo, assume particular destaque a obra de José Nascimento Morais Filho (1975), primeira tentativa de reconstituição biográfica da autora e de recuperação da sua obra literária e que esteve na base dos trabalhos subsequentes de Maria Lúcia de Barros Mott (1988), Norma Telles (1989, 1997, 2012), Luiza Lobo (1993, 2006, 2011) e Zahidé Muzart (2013).

São várias as dissertações de mestrado que foram desenvolvidas sobre a autora nos últimos dez anos, contando-se igualmente algumas teses de doutoramento e, de 2019 a esta parte, mesmo livros que deram à estampa e que, certamente, contribuirão para uma maior difusão desta escritora muito em breve. Pelo facto de se tratar de obras brasileiras, o seu acesso a partir de Portugal é limitado no que respeita a estas publicações recentes, sobretudo quando a versão digital não se encontra disponível. Este é o caso, por exemplo, da obra de Agenor Gomes, *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*, publicada em Março de 2022 e cuja versão digital procurámos obter sem sucesso.

Contudo, a recensão crítica da obra de Agenor Gomes realizada pelo sociólogo Rafael Balseiro Zin no portal de literatura afro-brasileira (<http://www.lettras.ufmg.br/>)<sup>1</sup> em Junho deste ano, não só nos deu a conhecer a sua existência como sintetizou os seus principais contributos, nomeadamente no que respeita à biografia de Reis, a qual aprofundou e deu sentido aos *Fragmentos de uma Vida* de Filho (1975). Além do mais, a quantidade de trabalhos recentes sobre Reis e a sua obra, bem como a publicação de Gomes, levaram a que fosse esta a autora seleccionada para a série de conferências que tiveram lugar em Novembro de 2022 na Festa literária internacional de Paraty e que, felizmente, estão disponíveis on-line. Foi, por isso, a partir destas duas vias digitais que tomámos conhecimento dos principais trabalhos sobre a romancista brasileira, os procurámos e seleccionámos, mediante a sua pertinência para a temática que aqui trazemos.

Entre os trabalhos mais recentes, são incontornáveis os de Eduardo de Assis Duarte (2004), Régia Agostinho da Silva (2013), Rafael Balseiro Zin (2019), Maria

---

<sup>1</sup> Rafael Balseiro Zin, “Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil: um guia (quase) definitivo sobre a vida e a obra da mais ilustre das maranhenses”, *Literafro – o portal da literatura afro-brasileira* (São Paulo: Junho de 2022) - <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/resenhas/ensaio/1698-agenor-gomes-maria-firmina-dos-reis-e-o-cotidiano-da-escravidao-no-brasil> - consultado a 4/01/2023.

Helena Pereira Toledo Machado (2019) e Algemira Macedo Mendes (2006, 2008, 2011), no que respeita à análise e contextualização da vida e obra de Reis relativamente ao seu pioneirismo na atribuição de agência aos negros e enquanto romancista abolicionista. Conquanto todos destaquem a forma como Reis se posiciona social e politicamente enquanto mulher negra num mundo escravocrata dominado por homens brancos, estes trabalhos privilegiam a dimensão racial em detrimento do género, que entendemos como igualmente importante e em que nos focaremos neste trabalho.

É certo que Maria Firmina dos Reis era negra e que soube ter voz e dar voz e alma aos seus personagens negros nas suas obras e, nomeadamente, em *Úrsula* (1859), seu primeiro romance que marcou o início da literatura abolicionista no Brasil. Contudo, e antes de mais, Maria Firmina dos Reis era mulher, escritora e professora num país dirigido por homens e marcado pela sua violência, a qual não incide apenas sobre mulheres e homens negros, mas sobre mulheres brancas também, como a mesma obra denuncia. *Úrsula*, a mãe de Tancredo, Luisa B. e Adelaide eram mulheres brancas e de boas famílias e todas sofreram os abusos dos homens que detinham o poder no seio familiar. Abusos que passaram pela violência física, traições, tentativas de casamento forçado e onde o incesto marcava fortemente a sua presença, pois todas elas foram vítimas dele. É esta correlação de forças entre os poderes do homem e da mulher que a autora denuncia e que nos pareceu pertinente destacar, na medida em que, por um lado, se trata de uma temática abordada em Oitocentos e que continua tão atual e, por outro, porque a posição social numa sociedade escravocrata dependia, antes de mais, do género, conforme enunciado por Saffioti (1976, 64)<sup>2</sup>. A adesão das mulheres à causa abolicionista é fomentada precisamente pela possibilidade de reflexão acerca da sua própria condição social relativamente à prepotência do homem, de cujo jugo se querem libertar.

Já relativamente a Paulina Chiziane, os trabalhos publicados sobre a autora e a sua obra são ainda mais numerosos e diversificados, desde logo pelos variados temas que aborda em cada obra produzida e que propiciam diversos olhares e abordagens nas diversas disciplinas sociais e humanas. Mas não só. A própria autora relata como foi difícil, numa primeira fase, a sua aceitação como escritora (Chiziane nunca se identifica como romancista) num país que na década de 90, quando se iniciou no romance, ainda sexualizava e votava as mulheres ao lar. Desde 1990 até hoje, registou-se uma alteração de mentalidades ao ponto de a sua obra ser já inserida nos programas universitários e de

---

<sup>2</sup> Heleieth I. B. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade – coleção Sociologia Brasileira*, vol. 4 (Petrópolis: Vozes, 1976)

os temas polémicos que aborda irem hoje ao encontro de questões que estão no centro do debate político e com uma pertinência mundial. Foi, aliás, precisamente o seu contributo para a literatura e a cultura que estiveram na base da atribuição do Prémio Camões 2021, que lhe trouxe maior visibilidade internacional e certamente que terá influência na produção de novos trabalhos sobre a autora. No entanto, e embora tenhamos selecionado alguns estudos que considerámos mais importantes pela sua relevância académica e encontro com a temática aqui abordada, optámos por privilegiar fontes sobretudo produzidas pela própria Paulina Chiziane, tanto ao nível de produção literária, quanto de entrevistas e comunicações recentes.

Ao nível de trabalhos sobre Chiziane e a sua obra, considerámos relevantes para a presente análise: a tese de doutoramento de Maria do Carmo Tedesco (2008) sobre a identidade nacional moçambicana; o artigo de Áurea Santos e de Algemira Mendes (2016) que destaca a identidade e empoderamento feminino; o estudo de Érica Souza Silva (2022) sobre a loucura feminina como forma de resistência; a análise de Marie de Claire Mattia (2020) que evidencia o papel da escrita como forma de luta das mulheres moçambicanas e os trabalhos desenvolvidos por vários autores e compilados por Sávio Roberto Fonseca de Freitas (2021), nomeadamente o capítulo de Norma Sueli Rosa Lima dedicado à comparação entre *Úrsula* e *O Alegre Canto da Perdiz* e que vai diretamente ao encontro deste trabalho.

Já no que respeita à voz e palavras de Paulina Chiziane, seleccionámos como fontes para este trabalho as entrevistas “Os Anjos de Deus são brancos até hoje” (Wieser, 2014) e “Moçambique nunca conheceu momentos de paz” (Leiderfarb, 2022) consultadas no website *Buala*, bem como “Paulina Chiziane: O que é que esta mulher tem para dizer?” (Lucas, 2022), do *Suplemento Ípsilon* (*Jornal Público*). Foram ainda objeto de análise os podcasts do *Público* “Encontros de Leituras” (Coutinho, Flor, 2022) e “Cruzamentos Literários” (Lucas, 2021), bem como a obra *O Alegre Canto da Perdiz* (Chiziane, 2008), que esteve no centro da presente análise como base comparativa com a obra de Maria Firmina dos Reis e, finalmente, o testemunho de Paulina Chiziane “Eu, mulher...Por uma nova visão do mundo” de 1992 (Chiziane, 2013).

As entrevistas, podcasts e obra literária da autora permitem-nos perceber de forma direta como o seu percurso pessoal influenciou e influencia a sua escrita, bem como quais as motivações e objetivos de Chiziane enquanto escritora moçambicana. Já os trabalhos acima elencados denotam as várias perspetivas a partir das quais a obra de Chiziane pode ser analisada, tendo a seleção em causa ido ao encontro das temáticas de nação,

identidade, violência, racismo, colonialismo e agência feminina, que possibilitam o paralelismo com a obra de Reis. De entre todos sobressai, por razões óbvias, o de Norma Lima, onde a comparação de *O Alegre Canto da Perdiz* e de *Úrsula* se estabelece por meio da centralidade que África e a agência dos africanos e afrodescendentes ocupa em ambas. Tal não é, todavia, o objetivo do presente trabalho.

Este estudo pretende demonstrar como por via da sua capacidade de iniciativa e inserção em meios tidos como essencialmente masculinos, como é o caso da imprensa periódica colonial e dos círculos intelectuais dos seus países, Maria Firmina dos Reis e Paulina Chiziane desafiaram as convenções sociais do seu tempo e espaço e ganharam voz social e capacidade para mudar mentalidades e comportamentos. Se a imprensa periódica foi o meio pelo qual ambas adquiriram essa capacidade de ação, foram as suas obras literárias – e não só – que acabaram por lhes dar a visibilidade para um discurso antiescravista/ anticolonial e feminista. É por isso, pela comparação entre dois romances produzidos por estas autoras, que procuramos compreender essa agência feminina e as formas de violência exercidas pelos sistemas colonial e pós-colonial sobre a mulher e os mecanismos de resistência por ela desenvolvidos.

Assim, este trabalho vai ao encontro e contribui para os mais recentes estudos nos campos da historiografia feminista e decolonial, que têm chamado a atenção para o contributo das mulheres no contexto dos impérios europeus, com destaque para aquelas cuja dupla subalternização no contexto de sociedades coloniais, patriarcais e racistas foram votadas à invisibilidade: as mulheres negras (Falconi, Wieser, 2017, Tolomei, 2019).

Contudo, se o presente trabalho pretende valorizar a obra de mulheres negras e o seu contributo para os espaços coloniais, possibilitando novas leituras acerca da construção do espaço da lusofonia enquanto produto multicultural e também feminino, ele visa a utilização da produção literária de Reis e Chiziane para refletir acerca dos abusos de que ainda hoje são alvo as mulheres e os negros em geral. Reis e Chiziane escrevem enquanto mulheres negras do seu tempo, mas o seu discurso não é apenas nem enquanto negras nem enquanto mulheres e sim transversal a todas as mulheres e a todos os negros. A sua intervenção sociocultural ultrapassa, por isso, as dimensões de género e raça, pela aquisição de um significado plural e identitário em espaços brancos e patriarcais, enquanto mulheres de pleno direito. Nesse sentido, a agência da mulher negra insere-se nos movimentos feministas e pelos direitos dos negros enquanto espaços distintos e não no âmbito de uma categoria única que continuaria a relegá-las para um

espaço à parte, quando o seu discurso é plural e destinado a mudar muito mais do que somente a condição da mulher negra.

## MARIA FIRMINA DOS REIS

### 1. Biografia e contextualização da sua obra

Maria Firmina dos Reis nasceu a 11 de Outubro de 1825 em São Luís do Maranhão, filha de Leonor Felipa dos Reis, escrava alforriada, e de João Pedro Esteves, militar na Companhia de Cavalaria Franca do Maranhão, na capital da província. De acordo com os dados biográficos mais recentes e publicados por Agenor Gomes, a família materna da escritora era originária da Guiné, onde sua avó Engrácia nascera em 1778. A avó teria sido levada para o Brasil pelo comendador Caetano José Teixeira, traficante de escravos do Atlântico, tendo sido sua propriedade, assim como sua filha Leonor. Seria, aliás, por via da sociedade comercial com o comendador que João Pedro Esteves teria conhecido Leonor Felipa dos Reis<sup>3</sup>. Desconhecemos as circunstâncias da relação entre ambos, mas sabemos que Maria Firmina era bastarda e nunca conheceu o pai. Contudo, certamente influenciada pelo filólogo e professor Francisco Sotero dos Reis, que era seu familiar materno e conhecido no círculo de intelectuais de São Luís do Maranhão, recebeu alguma instrução e em 1847 foi aprovada em concurso público para se tornar a primeira professora primária da vila de São José de Guimarães, no continente<sup>4</sup>.

Em 1859 publicou o seu primeiro romance, *Úrsula*, assinado com o pseudónimo “Uma Maranhense” e noticiado em 1860 no *Jornal do Comércio* e n’*A Moderação: Crónica Semanária* e em 1861 no jornal *A Verdadeira Marmota*. A partir dessa data, terá uma colaboração ativa em jornais diversos, sendo pela imprensa que publica ou anuncia a publicação de obras de poesia (com destaque para o livro *Cantos à Beira-Mar*, 1871), contos (*Gupeva*, com três publicações sucessivas em 1861, 1863, 1865 e *A Escrava*, 1887) e música, com destaque para a composição da letra e música do Hino de Libertação dos Escravos, em 1888. Em 1880, já reformada, fundou uma aula mista e gratuita no ensino primário, algo inovador e que terá escandalizado a sociedade, uma vez que dois anos e meio mais tarde foi obrigada a suspendê-la. Faleceu a 11 de novembro de 1917, aos noventa e dois anos, em Guimarães, no Maranhão, onde existe uma rua e uma escola com o seu nome, mas cuja importância literária é ainda maioritariamente desconhecida. Foi,

---

<sup>3</sup> Rafael Balseiro Zin, “Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil: um guia (quase) definitivo sobre a vida e a obra da mais ilustre das maranhenses”, <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ensaio/1698-agenor-gomes-maria-firmina-dos-reis-e-o-cotidiano-da-escravidao-no-brasil>, junho de 2022 – Consultado a 11 de Fevereiro de 2023.

<sup>4</sup> Rafael Balseiro Zin, *Maria Firmina dos Reis: A trajetória intelectual de uma escritora afro-descendente no Brasil Oitocentista* (São Paulo: Aetia Editorial, 2019), 22.

todavia, a primeira mulher negra a publicar um romance no Brasil e fê-lo durante a escravatura e como parte de um ativismo social e político na denúncia contra as práticas escravagistas e da violência contra as mulheres, o que faz de *Úrsula* não só uma obra pioneira no seu tempo, mas um grito de guerra de uma mulher negra.

“Mesquinho e humilde livro é este, que vos apresento, leitor”, assim inicia Maria Firmina dos Reis o seu primeiro romance. A autora não tem ilusões acerca da receptividade que o livro terá, pois, logo de seguida, alega saber que “passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros [...] porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, [...] com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais (Reis, 2004, 13-14).

Esta introdução à obra é, também, a sua introdução como escritora e a consciência das limitações que pesam sobre ela. Desde logo o ser mulher, fonte bastante para menosprezo dos leitores, mas, sobretudo e como a mesma reforça, “mulher brasileira”, o que a remete para um universo feminino pouco instruído, por comparação com a mulher europeia. Contudo, é em contraponto com os “homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem” (Reis, 13), que Firmina se posiciona, para os quais não há distinção de país, apenas a universalidade do termo que garante a superioridade masculina em todos os quadrantes. Finalmente, a derradeira limitação, que identifica a sua origem e aquela que será, porventura, a maior marca que alguém pode carregar numa sociedade escravocrata no século XIX, a de quem conhece “apenas a língua de seus pais”, sendo sua mãe uma escrava alforriada.

A forma de superar essa loucura de escrever um livro em circunstâncias tão adversas e em que a condição de mulher e brasileira é, alegadamente, um dos principais obstáculos passa, por isso, por fazê-lo ao abrigo de uma condição socialmente aceite, a do amor materno:

Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os achaques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado. O nosso romance, gerou-o a imaginação [...] (13-14).

É sob o manto de figura feminina de características maternas e com os caprichos e fantasias infantis inerentes ao seu género, que Maria Firmina introduz a sua obra, pedindo aos seus leitores que tenham para com ela a indulgência prestada às crianças, como forma de possibilitar o seu desenvolvimento.

Atentemos, no entanto, no final do excerto anterior que tão importante é para a

aceitação da sua obra e de toda a polémica que contém: “O nosso romance, gerou-o a imaginação”. Como se fora uma fantasia infantil de mulher que somente se pode afirmar enquanto mãe e que, ainda assim, espera ser guiada na produção de algo melhor. Contudo, como diz Nicole Arnaud-Duc (1991, 97) referindo-se às mulheres de Oitocentos, “compreende-se que aquelas que reivindicam direitos o procurem fazer com o único objetivo de se tornarem melhores esposas e mães”, uma vez que só assim poderiam ser ouvidas pela sociedade.

A luta pela igualdade de direitos é travada em várias frentes, consoante as oportunidades que parecem surgir. Os movimentos sociais a favor do fim do tráfico de escravos e da abolição e liderados pela Inglaterra, levam as feministas americanas a associarem a sua causa à dos negros em 1833, procurando a oportunidade de intervenção parlamentar e política que, todavia, lhes é recusada (Arnaud-Duc, 102). Sem acesso às tribunas, as mulheres encontram na imprensa a oportunidade de expressão, quer intervindo em jornais já existentes, quer criando os seus próprios jornais feministas. A integração de Maria Firmina neste contexto é clara, na medida em que publica e é cofundadora em vários jornais, sendo por esta via que os seus romances e obra literária são publicitados (Filho, 1975). Sendo que, além de mulher, Maria Firmina é negra, pelo que a associação à causa dos negros na sua obra literária não é apenas uma forma de fazer ouvir a sua posição de mulher, mas a sua afirmação enquanto negra numa sociedade esclavagista e racista.

Em 1859, o Brasil ainda estava longe da abolição e de um meio cultural onde o feminino tivesse lugar. Contudo, *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, publicada em livro em 1852 após ter sido previamente difundida sob a forma de folhetim e que rapidamente se tornara no maior best-seller dos Estados Unidos da América, acabaria por ser precursora desse movimento a nível mundial. Praticamente desconhecida antes desta obra, Stowe assume uma projeção ímpar como escritora pela polémica que resultou do seu livro, onde o martírio e a morte de um escravo bom e abnegado, alertam para a premência de terminar com a escravatura.

As semelhanças entre Reis e Stowe são notórias, apesar de Stowe ser branca e viver nos Estados Unidos do Norte, onde o movimento abolicionista moderado já existia quando publicou o romance, o que não acontecia com Reis. No entanto, Maria Firmina dos Reis tem o seu primeiro romance, *Úrsula*, difundido nos jornais, algo que se verificaria com todos os seus outros textos, desde poemas, a romances, contos e músicas. E se Stowe é pródiga nas interpelações que faz às suas leitoras, procurando ir ao encontro

do seu caráter maternal para as sensibilizar para a causa do seu protagonista (“mãe que lê estas páginas”), será igualmente por via da maternidade que Reis se vai afirmar como autora da obra e denunciar as práticas escravocratas<sup>5</sup>. Da mesma forma, se Stowe tem como protagonista o Pai Tomás, Reis tem Mãe Susana que, dada a situação escravocrata no Brasil ser muito mais próxima da do Sul dos Estados Unidos que da do Norte, não lhe permite colocá-la como protagonista, mas que é o seu alter ego na forma como se expressa. Tal como Pai Tomás, Mãe Susana reconhece a desumanidade da escravidão, contrapondo-lhe a liberdade que perdera, e é uma alma abnegada e corajosa, que recusa fugir e mentir para escapar à violência do comendador, submetendo-se aos castigos por ele impostos, pedindo “a Deus que lhe pusesse um selo nos lábios, e o valor do mártir no coração.” (Reis, 191).

Contudo, *A Cabana do Pai Tomás* começara por ser difundida num folheto moderadamente abolicionista, enquanto *Úrsula* dá à estampa sem prévia difusão e sendo a sua autora então publicitada numa imprensa ainda longe de quaisquer adesões a uma causa abolicionista que viria precisamente a dar os primeiros passos no Brasil com Maria Firmina dos Reis. Aliás, a própria autoria feminina estava então ainda a dar os primeiros passos<sup>6</sup>, pelo que a atribuição de voz e alma aos negros que Maria Firmina traz por via dos personagens Túlio e Mãe Susana é apresentada no contexto de um romance tido como puramente ficcional e escrito por uma mulher que espera ser orientada na produção de algo melhor. Contudo, a autora apresenta a realidade vivida pelas mulheres, brancas e negras, bem como pelos escravos e negros forros, pelo que, necessariamente, os seus leitores e, sobretudo, leitoras, reconheceriam nas obras a realidade sociocultural retratada. Esse retrato é amargo, pelo que é revelado da única forma pela qual a mulher se pode exprimir, ou seja, enquanto mãe. É como mãe que Maria Firmina se apresenta enquanto autora e é por via das duas figuras maternas, Luisa B. e Mãe Susana, que descreve os abusos que imperam sobre as mulheres e os negros no Brasil Oitocentista. Por outro lado, é por via do homem branco bom, Tancredo, que a humanidade do escravo Túlio é

---

<sup>5</sup> "A Cabana do Pai Tomás", de Harriet Beecher Stowe - O livro que levou ao fim da escravidão americana", *Ípsilon*, 18 de Janeiro de 2005 - <https://www.publico.pt/2005/01/18/jornal/a-cabana-do-pai-tomas--de-harriet-beecher-stowe-o-livro-que-levou-ao-fim-da-escravatura-americana-24> - Consultado a 2 de janeiro de 2023.

<sup>6</sup> Persiste o debate acerca de qual a primeira romancista brasileira, divergindo as teses daqueles que apontam Maria Firmina dos Reis das que sugerem, à vez, a gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1845), a catarinense Luísa de Azevedo Castro (1859), a paulistana Teresa Margarida da Silva e Orta (1752) e a potiguar Nísia Floresta. Por não respeitar ao presente estudo, não aprofundaremos esta questão, tanto mais que Maria Firmina dos Reis é, sem dúvida, a primeira romancista brasileira negra e abolicionista. Rafael Balseiro ZIN, *Maria Firmina dos Reis. A trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista* (São Paulo: Aetia Editorial, 2019): 115

revelada, na medida em que os bons sentimentos de ambos são apresentados como que o espelho um do outro e em contraponto com o mau caráter de Paulo B. e, sobretudo, do comendador Fernando P..

## 2. Sinopse

A obra *Úrsula*, publicada em 1859 enquadra-se no contexto da literatura Romântica, cujos protagonistas são o garboso e valente cavaleiro Tancredo e a sua amada Úrsula, donzela pura e indefesa, destinados a um amor impossível. A história começa com a queda de cavalo de Tancredo que, inanimado, é socorrido e salvo da morte por um escravo, Túlio. Os bons sentimentos do escravo levam-no a pegar em Tancredo em braços e a levá-lo para casa da sua senhora, para ser tratado. Tancredo fica convalescente em casa de Luíza B., senhora enferma e acamada, entregue aos cuidados da sua extremosa e dedicada filha Úrsula, que se ocupará com desvelo do restabelecimento do viajante, por quem se apaixona. É um amor mútuo e Tancredo procura-a após a sua total recuperação, para se declarar e pedir sua mão, que é concedida.

O casal procura a bênção de Luisa B., viúva que lutara contra a doença para proteger a filha e não a deixar desamparada, uma vez que pelo seu casamento com Paulo B. o seu irmão se voltara contra ela, deixando-a na miséria. Tendo a sua bênção, Tancredo promete casar com Úrsula após o regresso da missão que tem a cumprir e para a qual parte com Túlio, que por ele havia sido alforriado. Antes da partida, porém, Túlio procura a escrava Susana, que havia sido para ele uma mãe, para se despedir e partilhar a alegria da alforria. Mãe Susana relembra então, com amargura, como essa liberdade lhe havia sido tirada quando era feliz em África, relatando o rapto, a viagem no porão do navio e os maus-tratos sofridos pelo irmão e depois pelo marido de Luisa B., até esta já viúva e a filha, terem procurado compensar essa situação.

Tancredo e Túlio partem e Úrsula vai chorando as saudades na mata onde ela e Tancredo haviam declarado o seu amor, até um dia ser surpreendida por um estranho que a chama pelo nome, se lhe declara, mas que a atemoriza e a quem pede que parta. O homem liberta Úrsula, mas dá-lhe a entender por ameaças que se ela não casar com ele, só a esperará o infortúnio e a morte, dizendo quando já só e consigo mesmo que Paulo B., a quem assassinara, estava vingado pela paixão incontrolável que a sua filha criara nele.

Inquieta, Úrsula retorna para junto da sua mãe, que recebe uma carta do comendador Fernando P., seu irmão, a informá-la da sua chegada e em sequência da qual

lhe comunica o seu amor pela sobrinha Úrsula, que o reconhece como o desconhecido da mata e de quem foge. É alertada por Mãe Susana, que sua mãe está a morrer, ocorrendo junto da moribunda que lhe revela o teor da conversa e que lhe pede que fuja antes que o comendador volte com o sacerdote que fora buscar à cidade para forçar o casamento com a sobrinha. Contudo, paralisada de dor com a perda da mãe, Úrsula recusa separar-se dela, acompanhando-a até ao cemitério e sendo aí encontrada por Tancredo, que a procurara após ter sido informado por Mãe Susana dos acontecimentos recentes e de que a encontraria ali.

Ambos se refugiam num convento, onde preparam o seu casamento, enquanto o comendador regressa com o sacerdote e não encontrando Úrsula e julgando que Mãe Susana o enganara, manda castigar a escrava e ordena aos seus homens que prendam Túlio, enquanto ele procura o casal para se vingar. Contudo, Túlio consegue desembaraçar-se do seu carcereiro e corre a avisar Tancredo de que o comendador lhe armara uma cilada, sendo baleado após o alerta e morrendo em virtude disso. Surpreendidos e transtornados com a morte do amigo, Tancredo e Úrsula não reagem a tempo de fugir, acabando o comendador por conseguir alcançá-los e matar o jovem. Úrsula desmaia com o choque e Fernando P. leva-a para sua casa, mas ela entra num delírio febril do qual não mais sairá, ficando louca, o que vai desenvolvendo no comendador horror pelo que fizera e a dor de ter perdido Úrsula para sempre, acabando por falecer de remorsos dois anos mais tarde num convento.

Esta breve sinopse apresenta a história nos seus contornos essenciais ao olhar público, de forma que o enredo e os personagens introduzidos possam agora ser alvo de mais aprofundada reflexão no que a este trabalho respeita e que individualizam Maria Firmina dos Reis enquanto escritora brasileira.

### **3. Análise da obra: *Úrsula***

Conforme anteriormente enunciado, Maria Firmina introduz-se como escritora como se a sua obra se tratasse de um produto imaginado e derivado da sua condição de mulher pueril e maternal. Como tal, é enquanto mãe que se apresenta como escritora e narradora onisciente que conhece a fundo a vida dos seus personagens e revela ao leitor os seus mais profundos sentimentos. É por via desta “maternidade” que denuncia a violência do homem branco sobre as mulheres e os negros, servindo-se de figuras masculinas como Tancredo e Túlio (enquanto espelho do primeiro) para atribuir maior

peso à realidade descrita. É, aliás, Tancredo, o primeiro a abordar esta violência, descrevendo a Úrsula o amor imenso que ele e a mãe partilhavam e que suscitava os ciúmes do pai que os afastara e que, através dos maus-tratos e do desgosto da separação imposta, acabara por a matar.

Em sequência do falecimento da esposa, seu pai casara com a órfã Adelaide, a quem aquela acolhera como filha e que ficara prometida em casamento a Tancredo. Adelaide era ainda uma criança, fora criada e educada naquela casa pela mãe de Tancredo, que se dedicara à sua protegida como forma de amenizar as saudades do filho que, por sua vez, estava grato à jovem pelos cuidados prestados a sua mãe. Por conseguinte, embora o pai de Tancredo não tivesse perfilhado a menina, convivera e assistira ao crescimento de Adelaide quase que numa situação de adoção. O seu casamento com a jovem assume, assim, um carácter não só imoral, mas mesmo incestuoso, sobressaindo dessa união o facto de Adelaide não ser ainda adulta e ser facilmente manipulada por um homem mais velho, que a seduz com joias e vestidos (Reis, 74, 87). Contudo, é a violência do pai de Tancredo para com a esposa que assume maior destaque, sobretudo pelo paralelismo que vai ter com a narrativa de Túlio relativamente aos sofrimentos infligidos a sua mãe pelo comendador Fernando P.:

Quantas vezes na infância, malgrado meu, testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! [...] É que as lágrimas da infeliz, e os desgostos, que a minavam, tocavam o fundo da minha alma. E meu pai ressentia-se da afeição que tributava a esse ente de candura e bondade; mas foram as suas carícias, os seus meigos conselhos, que soaram a meus ouvidos, que me entretiveram nos primeiros anos; ao passo que o génio rude de meu pai amedrontava-me. O desprazer de ver preferida a si a mulher que odiava, fez com que meu implacável pai me apartasse dela seis longos anos, não me permitindo uma só visita ao ninho paterno; (60).

É esta descrição de Tancredo sobre a dor sentida pelas penas sofridas por sua mãe às mãos de um homem branco, despótico e violento, que vão legitimar a dor de Túlio, cuja história da sua mãe escrava ganha força na denúncia da realidade dos escravos por via da comparação com a dos brancos:

Este é o lugar do meu nascimento; mas que eu detesto, que eu amaldiçoo do fundo da minha alma; porque aqui minha pobre mãe, à força de tratos os mais bárbaros, acabou seus míseros dias! [...] Quando minuciosamente me narraram- continuou ele com um acento de íntimo sofrer – todos os tormentos da sua vida, e os últimos tratos, que a levaram à sepultura, sem nunca mais tornar a ver seu filho, sem dizer-lhe um último adeus! gemi de ódio, e confesso-vos que por longo tempo nutri o mais hediondo desejo de vingança. Oh! Eu queria sufocá-lo entre meus braços, queria vê-lo aniquilado a meus pés, queria... Susana, essa boa mãe, arrancou-me do coração tão funesto desejo. E o pobre Túlio desatou a chorar com desespero; porque era a recordação das desditas de sua mãe! (167, 169)

Tal como Tancredo, também Túlio percebera a violência que fora exercida sobre a sua mãe e que a levava à morte sem ter o filho por perto, porque em ambos casos mãe e

filho haviam sido separados pelo despótico e violento pai/senhor. É, por isso, por via da comparação e quase como que do decalque entre as duas narrativas, que Maria Firmina dá voz a Túlio, um negro que adquire o direito de falar da sua dor e das sofridas pelos demais escravos e expressar mesmo o seu desejo de revolta, tal como acontece com Mãe Susana.

Na verdade, a narrativa de Tancredo consubstancia igualmente a de Luisa B. quanto ao seu sofrimento. Acamada, é como mãe de Úrsula que Luisa B. afirma ter aguentado os últimos doze anos, de forma a não deixar a filha desamparada e a despeito do muito que sofrera, servindo este estoicismo de mãe como justificação para dar conta do ódio que o irmão lhe votara após o seu casamento e das desventuras que este lhe trouxera. Enquanto o irmão lhe ficara com tudo, aproveitando as dívidas que o marido contraíra para lhe subtrair todos os bens e deixá-la na miséria quando viúva, este último desbaratara a sua fortuna com outras mulheres e fora cruel para com os escravos, o que lhe causara grande sofrimento. A incapacidade de na época uma esposa ofendida se pronunciar contra o marido, mesmo que já falecido é notória pela necessidade de Luisa B. justificar esse desabafo como uma mãe apenas preocupada com a filha: “Não tivera eu uma filha, que jamais de meus lábios cairia sobre ele uma só queixa!” (102). Seria ainda por via da paternidade que Paulo B. acabaria por ser passível de regeneração, uma vez que teria a preocupação de procurar recuperar parte da fortuna perdida para salvaguardar o futuro de Úrsula, algo que não chegara a concretizar por ter sido assassinado.

Esta maternidade de Luisa B. introduz a de Mãe Susana, a única personagem cujo próprio nome já tem esse caráter maternal e, por isso, conferida de superior autoridade, apesar de negra, para se pronunciar relativamente ao que ela própria experienciou às mãos do homem branco. Mãe Susana assumira o papel de mãe de Túlio, após este ter sido violentamente dela separado, tendo dele continuado a cuidar após a morte desta. Estendera igualmente essa proteção maternal a Luisa B. e a Úrsula, sendo em nome dela que pede a Túlio que não parta com Tancredo, pela “senhora, que para ti tem sido quase que uma mãe” e porque a “nossa querida menina vai tão breve ficar só no mundo!” (113). Quando percebe que Túlio parte para acompanhar o homem que lhe deu a liberdade que ela própria perdera havia anos e que lhe impusera a separação definitiva da filha que deixara em África, Mãe Susana relembra todo o sofrimento passado e que justifica como mãe. O relato é pormenorizado e dolorido, iniciando na captura em África, onde fora apartada da sua família e da sua liberdade, passando pelas condições de transporte e tratamento desumano no navio, até à sua aquisição como mercadoria por parte do

comendador e subsequentes maus-tratos sofridos às suas mãos. É, de toda a obra, a descrição mais longa e pormenorizada de todas as atrocidades cometidas contra os negros, possibilitada, precisamente, por essa dimensão maternal da mãe que foi para sempre separada da filha e cujo sofrimento posterior como escrava passou pelos maus-tratos sofridos pela própria, mas também pela dor de ver sofrer aquela a quem estendia essa proteção de mãe, Luisa B.:

Pouco depois casou-se a senhora Luísa B. e ainda a mesma sorte [que antes, quando escrava do comendador]: seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor. E ela chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultava vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes aos mesmos céus! (118)

A partilha da dor de Luisa B. por Susana e vice-versa, na proteção mútua a que se dedicaram, encontra paralelo na de Tancredo e Túlio. Tancredo sobrevivera porque Túlio o ajudara, tendo alforriado o escravo como recompensa pelo seu cuidado e ambos partilhavam a dor mútua de haver perdido uma mãe que amavam e de quem não se haviam despedido (170).

É, aliás, por via dos seus personagens, que Maria Firmina dos Reis ganha também a sua voz como narradora onisciente, revelando o que lhes vai na alma e tirando partido das semelhanças nas dores partilhadas por brancos e negros para legitimar as destes últimos nas denúncias que faz através deles e a título pessoal:

Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos! [...] Coitado do escravo! nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor!! Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima - ama a teu próximo como a ti mesmo-, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?! (22-23)

É entre o relato enquanto narradora e o dos próprios personagens que Maria Firmina dos Reis denuncia a violência do homem branco sobre a mulher e sobre os negros, tanto escravos quanto forros, pois Túlio mesmo sendo um homem livre fora feito prisioneiro pelos homens do comendador e por este assassinado, mostrando o quão a sua situação de liberdade era ambígua.

Por outro lado, e embora *Úrsula* comporte uma forte dimensão antiescravista trinta anos antes da abolição da escravatura e quando o próprio tráfico fora apenas abolido no Brasil havia nove anos, a denúncia da violência do homem sobre a mulher é igualmente transversal à obra e socioculturalmente provocante no período em questão.

Desde logo temos as invetivas por parte de homens mais velhos sobre jovens mulheres e que assumem contornos de incesto, como o caso do casamento do pai de

Tancredo com a jovem Adelaide que sua esposa adotara como filha e a tentativa do comendador Fernando P. forçar o casamento com a sobrinha Úrsula, forma de concretizar o desejo incestuoso de casar com a irmã, Luisa B..

Órfã de pais quando ainda jovem, Luisa B. ficara entregue aos cuidados do “terno e carinhoso” irmão, o comendador Fernando P., que se revelara um tirano a partir do momento em que a irmã, à sua revelia e por “um amor irresistível”, escolhera um homem de posição social inferior, transferindo então a “fraternal ternura” para a “cólera de um irmão ofendido” (Reis, 101-102). Conquanto Luisa B. descreva a sucessão de acontecimentos como resultantes de um mero e extremoso amor fraterno do seu irmão, a reação violenta deste último e as suas próprias palavras revelam a dimensão mais profunda e sexual desse amor.

O ciúme corroía Fernando P. ao ponto de matar o cunhado, deixar a irmã na miséria e, ainda assim, não ter conseguido esquecê-la, acabando por encontrar a sobrinha Úrsula na mata e recuperado todas as lembranças passadas, procurando forçar o casamento com ela de forma a saciar finalmente essa paixão. É, aliás, pelo próprio Fernando P. que o percebemos pela sua conversa com a sobrinha na mata e em que começa por dizer “Nunca amei, e julguei mesmo – louco que eu era! – julguei no meu orgulho estúpido que nunca amaria a mulher alguma” (130). Enquadrando esta interjeição com a descrição de Luisa B. de um irmão que lhe tinha um imenso amor e que era terno, para depois se tornar cruel com o seu casamento, facilmente se percebe que fora a partir dessa altura que, ferido pela rejeição da irmã, se fechara para toda e qualquer forma de amor. Isso mesmo nos diz a narradora quando menciona que ao ver a irmã acamada quando lhe ia comunicar a intenção de casar com Úrsula, “Fernando cedeu então ao mais belo transporte da sua alma, ao único sentimento virtuoso que Deus aí lhe implantara e que embalde tinha lutado por abafar, ou destruir” (142-143). E continua referindo que:

Fernando combatia há dezoito anos o poder desse amor fraterno, e seu orgulho conseguiu por algum tempo o que o coração repugnava, o que a razão e a inteligência condenavam e o que ele sentia dolorosamente; porque só nesse afeto lhe estava a ventura de toda a sua vida. (142-143)

Tudo muda, todavia, quando vê a sobrinha e nela revê a irmã que o trocara por outro e agora se lhe apresenta numa versão pura e em que o casamento seria já socialmente permitido, porque não entre irmãos, mas entre um tio e uma sobrinha, algo comum à época. Esta transferência de sentimentos é clara: “Amo-vos. Apenas há um momento que vos conheço e parece que há um século que vos idolatro. É ardente e violento o afeto que

nutro no peito [...] este amor, que me escalda o coração, há de durar enquanto eu existir” (131). No entanto, em Úrsula e na sua preferência por Tancredo, o comendador revive os acontecimentos passados com a irmã, que também o repudiara a favor de Paulo B., pelo que a sua reação é ainda mais violenta, na medida em que carrega o peso da lembrança e é a renúncia final a um amor que poderia finalmente ser possível. A pressa em chamar o sacerdote para concretizar e forçar o matrimónio, a raiva sentida pela frustração da fuga do casal em cuja imediata perseguição se lança e, finalmente, o assassinio de Tancredo, à semelhança do que fizera com o cunhado, denunciam a presença do amor passado no presente.

A voz maternal da narradora por via da personagem Luisa B. não lhe permite, todavia, denunciar estes excessos da paixão violenta que conduz ao assassinio de Paulo B. e à miséria da própria e de sua filha. É pelo próprio Fernando P. que ambos são denunciados, sendo a narradora apenas o ser onisciente que revela ao leitor o que se revelava no íntimo do personagem. Quanto ao marido, Luisa B. descreve-o como o homem por quem se apaixonara loucamente e que fora a sua dupla perdição, na medida em que gerara mágoa e rancor no irmão e não lhe trouxera a felicidade esperada:

Paulo B.... Não soube compreender a grandeza de meu amor, cumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. Não tivera eu uma filha que jamais de meus lábios cairia sobre ele uma só queixa! Mas ele me perdoará do fundo do seu sepulcro; porque sua filha mais tarde foi objeto de toda sua ternura, e a dor de fracamente poder reabilitar sua casa em favor dela lhe consumia e ocupava o tempo. E ele teria sido bom [...] se o ferro do assassino lhe não tivesse cortado em meio a existência. (102)

Pela descrição de Luisa B. percebemos que o marido tinha amantes com as quais havia despendido a fortuna da esposa e que lhe trouxera “desgostos e aflições domésticas”, que somente adiante na obra, através de Mãe Susana e de Túlio, se percebe derivarem dos maus-tratos infligidos aos escravos. Contudo, este lamento de esposa traída e desgostosa não tinha lugar na sociedade de Oitocentos, na qual as perturbações da vida de casal deveriam ser resolvidas dentro de portas e que era tolerante para com estas situações. Esta consciência leva Luisa B. a dizer que se não fora ter tido a filha isso não a preocuparia a ela enquanto esposa, evidenciando que é como mãe preocupada que se pronuncia e que é ainda como mãe que acaba por perdoar o marido, uma vez que após se ter tornado pai, Paulo B. procurou remediar a situação para deixar um legado a Úrsula. É enquanto pai, portanto, que se regenera aos olhos da esposa e da filha, o que nunca acontece com o comendador. Por outro lado, Paulo B. também não se regenera perante os seus escravos, como o comprovam tanto as palavras de Mãe Susana quanto de Túlio,

para quem ambos se equiparam na crueldade, mas que a sofreram de forma diferente. Conquanto para ambos escravos Paulo B. fosse cruel, apenas Mãe Susana refere ter experimentado “o peso desse rigor”, como vimos.

Já Túlio, embora reconheça crueldade em ambos, não faz referência à de Paulo B. para com os escravos de forma tão explícita e, ainda menos, menciona qualquer punição sofrida pessoalmente às suas mãos, referindo apenas que Luisa B. sempre o protegera e colocando em evidência que o comendador era dos dois quem mais o atemorizava:

Oh! vos não conheceis o comendador, e vossa alma generosa terá de repugnar em face das barbaridades, que ele pratica cada dia. Implacável é o seu ódio, e a pobre senhora Luísa B. bem o tem experimentado. Pobre senhora! seu marido foi também um homem cruel; mas a cólera do comendador o seguiu por toda a parte, e Deus sabe, talvez ele abreviasse os dias: ... (164)

Quando neste excerto Túlio revela a Tancredo a crueldade de Fernando P. para com os seus escravos, aventa a hipótese de o comendador ter mesmo matado o cunhado como vingança para com a sua irmã. Esta hipótese dada pelo negro é legitimada pelo facto de Fernando P. já se ter revelado como o assassino do seu cunhado, não se tratando de um atrevimento do negro na medida em que fora o próprio Tancredo que, percebendo o amigo perturbado, lhe pedira que falasse do que o oprimia. Desta forma, estes dois homens de bom coração reforçam a dimensão da violência do homem branco sobre a mulher e sobre os negros, de que são delatores tanto Mãe Susana quanto Túlio. Contudo, apenas Mãe Susana relata na primeira pessoa as atrocidades cometidas pelo comendador e por Paulo B. sobre si mesma e os demais escravos, sendo o relato pessoal de Túlio apresentado como sofrimento na medida em que foi separado da mãe na infância, mas cujo sofrimento, ainda que grande e profundo, não se lhe pôde comparar.

Se Maria Firmina dos Reis tem a necessidade de se apresentar como escritora-mãe e ser sempre com essa vertente maternal que denuncia o mal-estar sentido pelas mulheres e pelos escravos face ao despótico poder do homem branco na obra *Úrsula*, é já como mulher que se apresenta n’*A Escrava*, embora a maternidade seja utilizada para comover o leitor e obter a sua simpatia para com a causa abolicionista. Nesta última obra a personagem central é uma mulher cujo nome permanece desconhecido e que, na verdade, pouco importa, uma vez que se trata igualmente da narradora e, por conseguinte, de Maria Firmina dos Reis. Quase trinta anos medeiam entre as duas obras e esse tempo representou mudanças socioculturais importantes.

Como vimos em *Úrsula*, é através da maternidade que Maria Firmina ousa denunciar a situação das mulheres e dos escravos, ambos impotentes para fazer face à prepotência e violência do homem branco. Já n’*A Escrava*, não se regista qualquer

denúncia relativamente ao sofrimento das mulheres, somente dos escravos. Contudo, a maior surpresa da obra acaba por não ser a vertente abolicionista que adquire um tom mais veemente, desafiador e aguerrido e em que a maternidade atua como agente mobilizador da empatia do leitor para com a abolição, mas a própria mudança da condição da mulher.

É certo que *A Escrava* se centra somente no Brasil e na violência de um tráfico que embora abolido em 1850 para a entrada de novos escravos no país, mantinha um tráfico interno que ainda separava famílias e destruía seres humanos, como fora o caso das duas crianças de Joana, que haviam sido vendidas no Rio de Janeiro, enlouquecendo a pobre escrava (Reis, 253, 256). Contudo, é a assertividade da narradora, uma mulher culta dos salões, que representa a maior mudança. Desde logo, ela não é mãe, ou a sua maternidade não é revelada em nenhum momento, nem tem condição de filha que se conheça. Dela apenas sabemos que frequentava “um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade” e que era “de sentimentos sinceramente abolicionista” (241). Era, ainda, corajosa, pois tendo-se achado só na presença de um homem com aspeto quilombola e já de noite, sentiu medo, mas “apesar do terror que me havia inspirado, fixei-o resolutamente” (246). Esta senhora sem nome, não regista mais a impotência de reação da mãe de Tancredo, Úrsula e Luisa B., ela age e decide, de forma consciente, inteligente e humana (250-251).

A ação enérgica desta senhora que era “então membro da sociedade abolicionista da nossa província, e da do Rio de Janeiro” (252) e que leva para sua casa a louca Joana e seu filho Gabriel, tomando medidas imediatas para assegurar a proteção que lhes prometera, enviando uma carta à capital, tem os esperados frutos. Quando o feitor do senhor Tavares aparece para levar com ele os negros, conforme as ordens recebidas, ela impede-o e expulsa-o de casa, obrigando o próprio senhor Tavares a ir até ela, para lhe apresentar então “um volume de papéis subscritados e competentemente selados” que aquele leu com “extraordinária contrariedade” (261). Conforme se percebe das palavras do senhor Tavares, a senhora havia utilizado a lei a favor do ideal abolicionista que advogava:

– Sim, minha cara senhora, redarguiu, terminando a leitura: o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla... [...] hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos. Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não aprovação do seu senhor. Não acham isto interessante?

– Desculpe-me, senhor Tavares, disse-lhe: Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre. Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!

O senhor Tavares, cumprimentou, e retrocedeu no seu feroso alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre. (261-262)

A história termina, portanto, com a vitória triunfante da mulher sobre o homem branco déspota e escravocrata, que matara com a sua crueldade a escrava Joana, mas que se vê impedido de continuar os maus-tratos pela enérgica e corajosa intercessão de uma mulher. Esta mulher culta, que frequenta os salões da alta sociedade e é membro das sociedades abolicionistas da província e da capital, tem a seu favor a sua condição social e o facto de estar inserida em círculos dinâmicos que não a oprimem e condicionam como no caso da sociedade rural retratada em *Úrsula*. Por outro lado, os quase trinta anos que medeiam entre as duas obras também refletem esse carácter mais desenvolvido e interventivo de uma mulher mais conforme o ideal republicano, pois se 1888 é o ano da abolição da escravatura, 1889 é o da implantação da República no Brasil.

### 1. **Biografia e contextualização da sua obra**

Paulina Chiziane nasceu em Manjacaze, província de Gaza, no sul de Moçambique, a 4 de Junho de 1955. Frequentou a escola primária católica, onde teve um primeiro contacto com a língua portuguesa, tendo posteriormente frequentado um curso de Linguística na Universidade Eduardo Mondlane, que não concluiu. Foi participante ativa da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante as guerras de libertação e voluntária na Cruz Vermelha durante a guerra civil. A desilusão com o partido após a independência, levou Paulina a distanciar-se da política e dedicar-se à escrita, exorcizando no papel os horrores das guerras que viveu, o sofrimento do seu povo, e negociando a sua identidade feminina, como relatou no podcast “Cruzamentos Literários” (Lucas, 2021).

Ficcionista e pioneira, Paulina Chiziane foi a primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, tendo a sua primeira obra, *Balada de Amor ao Vento*, sido publicada após a independência, em 1990. Este livro marcou o início da obra da autora e o posicionamento que Chiziane assumiria nos anos seguintes na vanguarda das lutas feministas no país. E não só. A abordagem de temas tabu relacionados com questões políticas e culturais de Moçambique, tais como a guerra civil moçambicana (*Ventos do Apocalipse*, 1993), os direitos da mulher no sistema poligâmico (*Balada de Amor ao Vento*, 1990, e *Niketche*, 2002), a magia negra (*O Sétimo Juramento*, 2000), o curandeirismo tradicional (*Por Quem Vibram os Tambores do Além*, 2013), o racismo e outras formas de discriminação (*O Alegre Canto da Perdiz*, 2008), são uma marca da sua identidade como escritora moçambicana e internacional.

Tendo nascido e crescido numa das regiões mais conservadoras de Moçambique, Paulina Chiziane vive e trabalha atualmente na Zambézia, onde pode dar livre curso a uma escrita desassombrada que vai além da prosa ficcional. Entre a poesia de *O canto dos escravizados* (2018), que relembra a relação entre África, a Diáspora e a agência dos povos escravizados; *A Voz do Cárcere* (2021), que escreveu conjuntamente com Dionísio Bahule e que relata as condições de vida dos reclusos das prisões de Moçambique; e a redação de textos para canções de jovens que versam sobre valores universais como a liberdade e o ambiente, Paulina demonstra uma versatilidade e veia criativa que a projetam muito além do seu país e do seu tempo e que fazem jus ao prémio de valorização da língua portuguesa que lhe foi atribuído pelo Instituto Camões em 2021.

*O Alegre Canto da Perdiz* foi escrito em 2008 e, à semelhança das outras obras literárias da autora, aborda temas tabu para a sociedade moçambicana através de uma trama narrativa complexa e centrada em personagens femininas que são produto do seu tempo e que constituem o alter ego da autora na denúncia e discussão de realidades atuais como o racismo, a assimilação, a prostituição infantil, o casamento precoce, o curandeirismo e as feridas das guerras de libertação e civil.

Dois temas ocupam particular destaque e são transversais a todos os outros elencados. Desde logo, e como não poderia deixar de ser, a mulher, que é autora, é protagonista e que continua a ocupar um espaço sociocultural que a relega para segundo plano e contra o qual ela desenvolve formas de resistência e de superação. Outro tema central é a Zambézia, região norte de Moçambique onde decorre a ação narrativa e que é, simultaneamente, o reflexo máximo do colonialismo português e o centro regenerador do regresso às origens. Por um lado, é a elevada miscigenação da Zambézia decorrente do colonialismo e o facto de o branco e o mulato representarem ainda formas de riqueza, poder e ascensão social, que estão na base de uma hierarquia racial autóctone e que *O Alegre Canto da Perdiz* (Chiziane, 2008) denuncia e retrata de forma crua e como uma ferida social aberta. Por outro lado, é na região montanhosa da Zambézia, nas origens de uma sociedade matriarcal, que essa violência colonial pode ser superada e onde esse regresso às raízes africanas possibilita que todos os personagens da história se encontrem individualmente e na relação familiar.

## **2. Sinopse**

A obra centra-se em torno de duas personagens, Delfina e Maria das Dores. Delfina era a negra mais bonita da sua aldeia e desde cedo sua mãe tira partido disso, facilitando os encontros sexuais entre a filha ainda criança e um comerciante português, a troco de benefícios. Delfina gostaria que o seu pai fosse assimilado, que recusasse a cultura bantu em prol da cultura do regime colonial português, o que lhe abriria as portas da escola e a possibilidade de ser professora, como era seu sonho. Contudo, o pai mantém-se fiel às suas tradições culturais e essa possibilidade desvanece-se, enquanto a mãe lhe mostra que às mulheres da Zambézia restam apenas duas opções: ser escravas no trabalho dos campos ou singrar socialmente por via da venda do corpo, caso sejam tão bonitas quanto ela.

O sonho de ascender socialmente e o facto de já ter sido iniciada numa prostituição que lhe é apresentada como a única alternativa, faz com que Delfina prossiga esse

caminho e define como meta o casamento com um branco. No entanto, e sem que o queira, acaba por se apaixonar por um negro, José dos Montes, com quem casa e de quem tem uma filha, Maria das Dores. A ligação é efêmera. José vai progressivamente perdendo a sua identidade para abraçar a de assimilado que não quer, mas que percebe como a única forma de prender Delfina e afastá-la da prostituição, o que a satisfaz numa primeira fase, mas depressa lhe continua a parecer insuficiente quando comparada com a vida que poderia ter com um branco. Em busca da riqueza e da superação racial por via da sua ligação a um branco, Delfina recorre ao curandeiro Simba para conseguir conquistar o português Soares, de quem tem a filha mulata que tanto desejava e que é o culminar desse sonho de ascensão social, Jacinta. O nascimento de Jacinta é o ponto de viragem, representado o corte definitivo com José dos Montes e o início da nova vida conjugal com Soares que, contrariamente a Delfina, está disposto a perfilhar os filhos negros e a considerar todas as crianças por igual.

No entanto, Delfina recusa essa igualdade entre os filhos e utiliza a nova vida de riqueza e abundância para alimentar um clima de tensão constante em casa, na diferenciação de tratamento entre os filhos negros e mulatos. Neste quadro familiar, Maria das Dores é a mais negra dos irmãos e por isso subalternizada pela própria mãe, que privilegia os filhos mulatos, sobretudo Jacinta. A hierarquização social imposta por Delfina gera a discórdia no seio familiar e leva Soares a regressar a Lisboa. Desesperada por recuperar a vida de fausto que perdera com o abandono do português, Delfina recorre aos feitiços do curandeiro Simba para que o português regresse, trato que Simba finge aceitar, exigindo a virgindade de Maria das Dores como moeda de troca, o que, embora com relutância, é concedido. Simba sabe que Soares deixará parte da sua fortuna a Maria das Dores e, por essa razão, depois de forçar a relação sexual com a adolescente, o curandeiro recusa devolvê-la a Delfina, mantendo-a cativa e depois obrigando-a um casamento de que resultam três filhos. Ao fim de alguns anos, Maria das Dores acaba por conseguir fugir do opressor com os seus três filhos pequenos, mas perde-se deles e será em vão que os procurará nas duas décadas seguintes.

Durante esse tempo, Delfina sente remorsos pela forma como agiu para com Maria das Dores e é punida por Jacinta, que tenta infrutiferamente recuperar a irmã negra que a sociedade já considerara perdida. A violação sofrida por Maria das Dores perde peso judicial pelo facto de estar casada com o agressor e por ser negra e Jacinta abandona o lar materno, num ato de revolta para com a mãe. O casamento de Jacinta com um branco é, simultaneamente, momento de glória e de derradeira perda para Delfina, pois Jacinta

renega a mãe e recusa-lhe o reconhecimento social que aquela buscava. Contudo, quando Delfina lamenta a perda de Maria das Dores e de Jacinta, aquela reencontra os filhos que perdera e, quase simultaneamente, o pai, José dos Montes, e o marido Simba. O tempo atenuara as dores de todos, facilitando o reencontro nos Montes Namuli e abrindo caminho para a reunião de mãe e filha e para o perdão de todo o mal causado.

### **3. Análise da obra: *O Alegre Canto da Perdiz***

A história começa de forma abrupta. Paulina Chiziane não se apresenta como autora nem como narradora, antes vai diretamente ao cerne da história que quer contar e que, como todas as suas histórias, não é feita de eufemismos nem de preâmbulos. Entra de chofre com as três primeiras frases que inauguram o seu romance: “Um grito coletivo. Um refrão. Há uma mulher nua nas margens do rio Licungo” (Chiziane, 2008, 9). Essa mulher nua apanha as mulheres da vila de surpresa e o leitor vai na onda da incredulidade e da revolta da população, tentando, como ela, perceber quem é aquela mulher, porque está nua e o que faz ali (e qual o seu papel na história). Os primeiros capítulos são confusos, com o leitor a ver-se no meio de uma trama que vai tentando compreender para, por fim, perceber que a história começou algum tempo antes e que será contada de trás para a frente.

Maria das Dores é o nome da mulher nua, “nome belíssimo, mas triste. Reflete o quotidiano das mulheres e dos negros” (15). São essas dores das mulheres e dos negros que Maria das Dores vai personificar. Ela é filha de uma prostituta, Delfina, e de um assimilado, José dos Montes, dois negros que renegaram as suas origens, a sua identidade, para servir um ideal sociocultural colonialista. Delfina vendeu a sua alma e vendeu a virgindade, inocência e pureza da filha como parte desse processo de autorrejeição e Maria das Dores fora sujeita a esse livre-arbítrio materno porque o pai saíra de casa e já não tinha quem a protegesse (26).

Paulina Chiziane não se introduz como narradora, mas esta introdução da sua narrativa apresenta os traços gerais de uma história que passa pela violência do colonizador sobre os negros e, sobretudo, sobre as mulheres de Moçambique. Mulheres cujo sofrimento passa pela presença ou ausência do homem da casa, no que este lhes confere de proteção e possibilidades económicas. José dos Montes, o pai negro de Maria das Dores, garantira o conforto à família com a melhoria das condições de vida por via da assimilação e o direito a uma infância feliz, em que a cor da pele de Maria das Dores não era sinónimo de subalternização no seio familiar. Tal deixara de ser o caso com a

substituição de José dos Montes por Soares, o “pai branco”, que dera a Delfina o triunfo supremo da filha mulata com que sonhava subir na vida, Maria Jacinta. Numa terra “Onde o mulato vale mais que o negro e o branco vale mais que todos eles. Onde a cor e o sexo determinam o estatuto de um ser humano” (26), tal implicara que a irmã passara a ter tratamento preferencial em casa, pela discriminação racial que a mãe começara a fazer entre os filhos e que subalternizara Maria das Dores ao ponto de vendê-la a Simba, o feiticeiro. A cor e o gênero de Maria das Dores é que levam à venda da sua virgindade e subsequente aprisionamento numa relação baseada no estupro e na violência do homem mais velho que forçara o casamento com a adolescente.

No entanto, Delfina, a mãe de Maria das Dores, tem a sua própria história de sofrimento para contar, muito dele passando por uma infância em que os sonhos de menina lhe haviam sido roubados pela mãe, Serafina, que a iniciou no sexo com um homem branco e lhe mostrou esse caminho como o que lhe era destinado para poder vingar na vida e ultrapassar a condição subalterna da cor da sua pele.

Tudo por causa daquele dia em que a mãe a atirou como uma gazela na jaula de um carnívoro. O velho branco estava no quarto escuro esperando por ela. Segurou-a. Apalpou-a. Sugou-a. A mãe sorria lá fora, tomando um copo de vinho e esperando por ela. Foi um momento de conflito intenso, em que não conseguia entender a alegria da mãe perante o pecado original. (82)

Se esta descrição da violação de Delfina quando criança por um homem branco e por intermédio e para satisfação de sua mãe choca a própria personagem, isso não a inibe de replicar a mesma situação com a sua própria filha:

Do outro lado [da palhota] Delfina treme, encharcada de medo e suor. Ela ouve tudo. O grito da filha. Os gemidos do homem. O grunhido de uma bestialidade saciada. A princípio sorriu, pensado na dívida saldada. Maria das Dores era um bicho caçado, era pasto, sangrando no cativeiro. Mas também se entristece. Aquela filha já era mulher. Uma mulher que veio dela. [...] Que aguardava o fim da tortura naquele ato de sexo iniciação, sexo vingança, sexo negócio. (281-282)

A semelhança e brutalidade de ambas descrições confere à violação das duas adolescentes o caráter quase de um ritual transgeracional e que não respeita apenas à família de Maria das Dores, mas à dor de todas as mulheres negras, como Serafina, mãe de Delfina e avó de Maria das Dores, lembra à filha:

Diz-me: o que é o amor na nossa terra onde as mulheres se casam por encomenda e na adolescência? Diz-me o que é o amor para a mulher violada a caminho da fonte por um soldado, um marinheiro ou um condenado? As histórias de paixão são para quem pode sonhar. A mulher negra não brinca com bonecas, mas com bebês de verdade a partir dos doze anos. A conversa de amor e virgindade é para as mulheres brancas e não para as pretas. (103)

No entanto, Serafina amava Delfina e Delfina amava Maria das Dores, pelo que

subjacente aos dois momentos e à transversalidade desta realidade a todas as mulheres negras, está um profundo conflito interno de personagens que viabilizam a violação física porque têm a sua identidade de mulher negra violada pelo imaginário colonial branco. Esta identidade fragmentada é igualmente sentida por Maria Jacinta, a filha mulata de Delfina e irmã de Maria das Dores:

Ao lado dos brancos sou branca, ao lado dos pretos sou preta, sozinha sou mulata, mudo de um lugar para outro para sobreviver. Invejo a Maria das Dores e invejo o meu pai. Nunca saem do seu lugar e nem precisam de esforço para se afirmar. [...] Sou de todos e de ninguém. Sou diferente e igual. (356)

Maria Jacinta é o triunfo e a derrota de Delfina. É a filha mulata que tanto queria como forma de superar as condicionantes da pele e auferir de uma vida melhor, mas é igualmente a filha que está acima dela por essa mesma condição e que se revolta contra a mãe por ter feito a distinção racial no seio familiar que levará à partida do pai branco, Soares, e à venda de Maria das Dores, que não perdoa. Maria Jacinta procura utilizar a sua cor de pele branqueada para interceder junto das autoridades coloniais e conseguir recuperar a irmã negra, mas como Maria das Dores fora violada era impura, e como casara com o opressor que a tal a forçara e este era feiticeiro, aquelas deram-na como um caso perdido. Por outro lado, Maria Jacinta compreende que a cor da sua pele lhe abre muitas portas, mas não é sinónimo de segurança e bem-estar, pois é mulher e, como tal, presa vulnerável da lascívia dos homens, bem como da ambição da mãe, que lhe poderia dar destino semelhante ao da irmã (288). Contudo, essa inquietude somada ao relativo poder que sabe ter sobre a mãe e junto das autoridades coloniais, faz com que a ajuda que lhe havia sido recusada pelas autoridades coloniais para libertar a irmã do cativo em que se encontrava, funcionasse a seu favor e dos irmãos, tendo conseguido a ajuda da Igreja e da assistência social para serem retirados à mãe e recebidos num colégio de freiras.

Contudo, Maria das Dores não era uma mulher negra sem meios, uma vez que Soares perfilhara os filhos de Delfina e a tornara “herdeira de quatro casas de arrendamento na cidade alta, muitas terras e uma parada de palmeiras desfilando até ao horizonte” (269). O destino de Maria das Dores embora facilitado pela falta de proteção dos negros pelas autoridades coloniais e pela ambição dos próprios familiares em emular as condições de vida dos brancos, acontece porque é mulher. A mulher é que está sujeita à violação, à prostituição infantil, a não ter direito à sua individualidade e liberdade a partir do momento em que casa (304).

Mas uma mulher só também não tem segurança, como o sentia Maria Jacinta face

aos homens que sua mãe recebia em casa, e como a própria Delfina acaba por constatar quando Soares parte e ela vê o seu lar invadido por um sipaio que a viola e que se instala para usufruir do dinheiro e condições económicas privilegiadas que ainda tinha (260-263) É toda esta dimensão de insegurança da condição de mulher, somatizada à discriminação da cor da pele, que está, por isso, inerente à condição de todas as personagens femininas negras de Paulina Chiziane.

Só há uma mulher branca em toda a história, e é a esposa de Soares, cujo sofrimento passa por ver a traição do marido com Delfina e que impotente para lhe fazer frente regressa a Lisboa. A mulher branca sofre em silêncio, não reage, não se revolta. Confia na moralidade, na decência, nos princípios cristãos e retira-se. Ela é vítima da ambição da mulher negra, mas o poder desta última fica em África, não a atinge no seu regresso a Portugal, para onde acaba por atrair de volta o marido. Soares abandona Delfina ao perceber que trocara a tranquilidade de uma vida com uma esposa apática, submissa e recatada, pelo furacão de uma negra que semeia a discórdia no seio familiar por meio da diferenciação racial que estabelece entre os filhos, insaciável na sua ambição de ter e ser mais, de ser branca. Soares, pelo contrário, quer perfilhar os filhos de Delfina, defensor de uma igualdade entre raças, que aquela repudia por lhe retirar a superioridade que almeja alcançar sobre os seus semelhantes e que a leva a diminuir os seus filhos negros em detrimento dos brancos, sobretudo Maria Jacinta (249-255).

No entanto, a igualdade entre raças que Soares defende em casa de Delfina não passa pelo reconhecimento de uma igualdade entre brancos e negros, fundando-se antes na premissa colonialista de que mulatos e negros são pretos por igual. Tal fica claro quando Maria Jacinta relembra o dia em que procurou o pai no seu local de trabalho no edifício do regime onde aquele trabalhava e quando confrontado pelo chefe acerca da identidade da “pretinha” que lhe saltara para o colo e lhe chamara pai respondera “É filha de uma amiga. Uma africana.” (270). Criticado pelo chefe por se “cafrealizar”, Soares fora expulso do cargo que ocupava sendo que, para Maria Jacinta “O pior de tudo foi descobrir que o pai nem teve coragem de dizer que ela era sua filha. Renegou-a. Descobriu também, nesse dia, que o seu pai era fraco e não a amava tanto como dizia.” (271) Na verdade, a vida familiar que tinha com Delfina e que o levava a gastar por igual com todos os filhos dela, teve a duração correspondente à do fogacho sexual que quando findou lhe fez ver “o ridículo da sua existência. Delfina? Por acaso teve algum encanto? Sim, teve. Tem a cor da noite onde as almas suspiram e os corpos se aproximam.” (257).

O mundo entre pretos e brancos não era claro, nem mesmo dentro do próprio

regime. Se para o chefe de Soares a sua filha era “pretinha”, para o polícia branco que viu Maria Jacinta passear com o avô negro tratava-se de uma menina branca que aquele teria raptado, tendo recusado acreditar na relação familiar e punido o avô com chicotadas que acabaram por matá-lo (271). A mesma diferenciação fora estabelecida pela professora, que também estranhara que aquela menina branca brincasse com as crianças negras, tendo sugerido a Delfina que a enviasse para casa dos padrinhos brancos para garantir a educação apropriada à sua cor de pele. Em sequência, Maria Jacinta passou a poder brincar somente com meninas de pele clara e a receber tratamento preferencial em casa pela mãe. (271-273)

Ter uma filha de um branco significava estar um grau acima na escala social, conforme Delfina anunciara triunfante a José dos Montes quando Maria Jacinta nascera:

– O meu estatuto é maior a partir de agora! Mãe de mulata. Concubina de um branco. Não mais morrerei à míngua, com esta filha que é a minha segurança. Erguerei esta criatura como uma bandeira branca, a acenar aos marinheiros e a gritar: sou vossa! Juntei o meu sangue ao vosso na construção da nova raça. [...] Esta criança irá libertar o nosso Zezinho do destino de machileiro ou plantador de cocos de um branco qualquer. Vai defender a Maria das Dores da prostituição no cais dos marinheiros. (204)

Maria Jacinta era assim a boia salva-vidas da sua família, quebrando a humilhação dos seus familiares negros, desde os tios maternos que haviam sido deportados, à mãe que fora iniciada na prostituição com brancos pela avó Serafina por ser bonita, sensual, e poder por via do corpo, libertar-se da servidão de quem tinha de cultivar a terra, como era o caso dos homens negros, que pouco mais eram do que escravos (104, 110). José dos Montes, pai de Maria das Dores, escapara a esse fim tornando-se assimilado e depois sipaio, ou seja, renunciando à sua cultura para abraçar a do colonizador e servi-lo contra os seus semelhantes ao integrar o corpo de oficiais fiéis ao regime colonial. Tratava-se, todavia, de uma segurança relativa, na medida em que as melhores condições de vida naquilo que tinham de maior aproximação às de um branco, representavam uma ameaça para os seus semelhantes – que perseguia, torturava e matava – mas, também, para os seus patrões. Na verdade, homens negros que bem serviam o regime e eram por ele recompensados poderiam sempre utilizar esse poder mais tarde para se revoltarem contra os seus superiores, cujas ordens os obrigavam a perseguir e matar os seus iguais. Importava assim ao regime garantir a aniquilação total do caráter destes servidores, roubando-lhes os sonhos, as ambições, destruindo-lhes as famílias por via das ordens de destruição, mas também por via da fecundação das suas esposas (150-151).

Não era por acaso que antes de serem sipaios os homens de Moçambique tinham de prestar um juramento em que renunciavam a todas as práticas ancestrais e se

comprometiam a agir e comportar conforme a cultura cristã. Roupa, sapatos, perfume, fazia tudo parte de um código comportamental que não era o seu e que implicava renegar a sua essência e a própria identidade, assumindo outra que lhes era desconhecida e que fazia deles terra de ninguém. Tal como os mulatos não eram nem brancos nem negros, também os assimilados e os sipaios não se inseriam em nenhuma daquelas categorias (128).

O regime colonial impunha-se em todos os quadrantes, instituindo entre os negros uma PIDE para melhor garantir a força de trabalho de um povo que fora invadido e vivia na miséria:

- Patrão, há greve na plantação de arroz e de algodão. A confusão alastra pelos palmares. Sei quem anda a tramar tudo isto, andei a buscar informações nas prostitutas do cais, sei de tudo, tudinho! Conheço os filhos da mãe dos cabecilhas, vou varrer a terra com a sua licença, conheço os esconderijos, fui um deles, fui condenado, fui contratado, agora sou assimilado, cristão e sipaio, sou casado canonicamente, subi na hierarquia da vida, só não conheci a escravatura porque quando nasci já tinha acabado, eu conheço bem essa gente, o patrão sabe. (146)

Era o peso pesado do colonialismo que fazia de África o inferno do seu povo, determinando que os homens trabalhassem nos campos até à exaustão e sem conseguirem livrar a família da miséria, muitas vezes sendo deportados pelo regime para constituírem força de trabalho noutras paragens como a Rodésia e a África do Sul. Os que se revoltavam eram presos ou mortos. Outros optavam por sufocar os seus ideais para se tornarem assimilados e assim terem a oportunidade de dar às suas famílias uma vida melhor por servirem o regime. Essa, todavia, era uma escolha dos homens moçambicanos, contrariamente ao que acontecia às mulheres, cujo destino era traçado pelos próprios pais. O poder sexual da mulher constituía o poder da família, na medida em que à mulher negra estava destinada a servidão nos campos ou, se atraísse os homens, a capacidade de trazer mais dinheiro para casa, sobretudo se atraísse os brancos e, ainda mais, se deles tivesse filhos brancos ou mulatos. Esses filhos representavam o incrustar do regime naquela família. A afirmação de que eram tão moçambicanos quanto portugueses e a esperança de, sem terem de vender a sua alma e trair os seus irmãos, pudessem obter benesses do regime. Por isso, quando Delfina pergunta a José dos Montes se prefere um menino ou uma menina, ele não tem dúvida:

“Que seja uma menina, sim. Prostituta, borboleta do cais, carne dos marinheiros. Que seja sexo à venda ao grama, ao quilo. Que durma com qualquer branco por causa do sal e do açúcar. Que seja deusa do amor, vaca sagrada. Que seja tudo menos homem. Quero uma menina, sim, para alegrar a minha existência.” (155)

Por isso é que as mulheres negras, como dizia Serafina a Delfina, não podiam ter ilusões acerca do amor, nem brincar com bonecas, porque aos doze anos elas tinham nos

braços bebês de verdade, fruto de violações, de prostituição, de uma vida que as mães promoviam e os pais subscreviam por ser a única que trazia dinheiro ao lar africano e a promessa de melhores condições de vida. José dos Montes quer uma menina para que seja prostituta, seduza um branco e traga dinheiro para casa e está disposto a arranjar negras virgens para o patrão violar. A vulnerabilidade da mulher solteira e casada era extrema, viabilizando a institucionalização da violência sexual em Moçambique, como o revela o facto de o sipaio que bateu à porta de Delfina após a partida de Soares ter abusado dela e resolvido estabelecer-se em sua casa para viver do dinheiro que o branco deixara (262). A mulher podia trair o marido e ter sonhos, mas não detinha controlo sobre si mesma e sobre a sua vida, conforme Delfina percebe ao ver-se violentada na sua própria casa (263). Contudo, ter um marido em casa não é necessariamente garante de segurança, pois se José dos Montes a assegurava a Delfina, tal não acontece com Maria das Dores, obrigada a casar com o seu violador e opressor e cuja “imagem do marido é a fórmula da amargura, não quer recordá-la” (27).

Pais e maridos tratam a mulher negra como aquela que existe para os servir nos seus apetites sexuais e ambições económicas sem representarem segurança ou protecção. Traído por Delfina, José dos Montes sai de casa e deixa os filhos para trás. Conquanto tivesse constituído uma protecção para a família enquanto estivera em casa, não protege Maria das Dores das loucuras da mãe, nem previne o negócio entre Delfina e Simba. Quando Soares parte deixa as suas recomendações e bens a serem distribuídos pelos filhos de Delfina. José nada deixa porque nada tem, mas também não leva a filha consigo. Maria das Dores tem saudades do pai e é por ele, por esse garante de segurança no lar que recorda, que grita no momento da violação, mas cedo “conclui que José, seu pai, partiu para nunca mais voltar. De nada lhe vale gritar pelo seu nome” (282). Está sujeita à vontade total e absoluta do homem que se apossou dela, usando-a conforme os seus caprichos e que crê que pode tudo, até “matar-me porque não tenho pai nem mãe que me defendam.” (303)

Da mesma forma, é perversa a resposta de Simba quando depois de violar Maria das Dores e de expulsar Delfina da palhota afirma que “Aqui ela [Maria das Dores] terá o amor que nunca teve. Cuidarei dela como marido e como pai. Dar-lhe-ei o lar digno que lhe roubaste e o pai que lhe tiraste.” (283) Esse tratamento vai passar por violações sucessivas que gerarão três filhos e pelo controlo total e absoluto dos bens da mulher, que mantém sob o efeito de drogas para poder mais facilmente controlá-la. O cuidado inerente à figura do marido e do pai é, por isso, o de um homem que gere a vida da mulher com

quem vive, sem que pareça haver grande distinção entre o que ambos esperam dela e lhe podem oferecer. Há ainda uma fantasia que ronda o incesto, pois ainda que não haja laços de sangue entre Simba e Maria das Dores, a sua afirmação de figura paterna que protegerá a menina e que será também seu marido, como que legitima a violência sexual de um pai sobre a filha, algo que o próprio José dos Montes quase faz. É o próprio que o admite com amargura, quando ao fim de vinte anos encontra a filha que julgava perdida e se identifica:

– Sim. Eu. Que te gerei por amor. De ti ouvi pela primeira vez a palavra papá e me senti mais homem. [...] Quantas vezes pensei eu em assaltar-te como um vadio para me realizar como homem que ainda sou? No momento exato eu dizia que não, como se uma mão mágica me impedisse. Porque eras a minha primogénita, ah, malvada vida! (339)

A violação da mulher, a prostituição infantil das meninas adolescentes, a gravidez precoce, o controlo de toda a vida feminina pelo homem da família, traduzem a violência do homem negro sobre a mulher negra, mas é uma violência baseada no poder colonial sobre a sociedade moçambicana. Esse poder foi constituído a partir da diferenciação racial definida pelas instituições coloniais (escola, polícia, ministérios, exploração económica da terra) e incrustou-se na mentalidade dos moçambicanos, que continuam a manter uma hierarquia social com base no tom de pele e violentar-se na sua identidade. A violência sobre a mulher é assim exercida de forma direta pelo homem negro, mas ela existe por intermédio do branco e do peso do colonialismo que manieta e escraviza os homens e subjugam as mulheres ao seu poder e interesses.

## A MULHER NEGRA POR DETRÁS DA SUA OBRA

### 1. Semelhanças e contrastes entre o Brasil escravocrata e o Moçambique independente

Maria Firmina dos Reis e Paulina Chiziane têm as suas origens em África. A primeira, por via da sua avó capturada em Cacheu, na Guiné, no final do século XVIII, e levada para o Brasil como escrava. A segunda, nascida em Moçambique e marcada pelo colonialismo, na sua diferenciação racial e processos de assimilação. Ambas iniciaram a sua escrita quando o seu país já era independente de Portugal e construía a sua nova identidade política. Nesse país que se inaugurava e que prometia maior liberdade a um povo que se libertava enfim do jugo do colonizador, importava definir o espaço a ocupar pelos diversos grupos sociais, nomeadamente pelos negros.

No caso do Brasil, a lei de 7 de Novembro de 1831 que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império e impunha penas ao seu incumprimento não vingou, tendo o tráfico continuado até em 1850 ser proibido. Desde 1822 até 1850 verificou-se, por isso, uma expectativa de mudança para a população escrava que julgaria em 1850 ter finalmente alcançado a liberdade desejada e que, na prática, verificou nos anos seguintes que a situação pouco se alterara para os escravos do continente brasileiro. De facto, apesar de a importação ter terminado em 1850, continuava a ser possível um tráfico interno que implicava a possível venda de familiares para pontos diversos do Brasil, como ilustrado na obra *A Escrava*, a partir do caso de mãe Joana e dos seus dois filhos que haviam sido vendidos para o Rio de Janeiro, o que enlouquecera a pobre escrava de desgosto.

A segunda metade do século XIX representava por isso o reforço do sistema escravista interno no Brasil, enquanto a Inglaterra mantinha pressão internacional para a abolição da escravatura e nos Estados Unidos era publicada *A Cabana do Pai Tomás* (1853) por Harriet Beecher Stowe, que reforçaria a dimensão humana do escravo e influiria nos círculos intelectuais americanos, nomeadamente nos discursos antiescravistas que começariam a circular a partir da década de 60 no Brasil.

A obra *Úrsula* precede esses discursos, acabando por denunciar as condições de vida desumanas dos escravos, incompatíveis com a humanidade que lhes reconhecia e sendo, assim, pioneira na atribuição de alma aos negros. A capacidade de Maria Firmina em, enquanto negra, publicar uma obra com uma vertente antiescravista que certamente ia chocar a sociedade teria muito possivelmente um forte apoio de um grupo de intelectuais que integrariam os jornais com que colaborava e através dos quais publicitou

e publicou as suas obras, como aventa Régia Agostinho da Silva<sup>7</sup>.

Neste mundo em mudança, Maria Firmina era mulher e vivia numa casa de mulheres, com a avó, a mãe, a irmã Amália Augusta dos Reis e a prima Balduína em Guimarães, para onde se mudara aos cinco anos de idade. Conforme revela num desabafo intimista que escreve já com quarenta e um anos, a sua infância teria sido difícil, porque “encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas e as flores, que minha avó cuidava com esmero” (Filho, 1975, 154-155). A expressão “encerrada”, acompanhada com o que descreve como “uma espécie de educação freirática” e o facto de que “minha terna irmã e uma prima querida foram as minhas únicas amigas de infância”, permitem compreender como Maria Firmina se sentia aprisionada na casa onde vivia e à qual estava confinada. Esse confinamento remetia-a para um mundo de labores domésticos que não se coadunavam com o seu espírito livre e levavam a “melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos”. Por outro lado, o facto de terem sido as flores o seu primeiro amor remete para a falta de relacionamento com homens cujo “trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem” e lhe teria proporcionado uma educação mais completa e erudita, ao invés da “instrução misérrima” que recebera (Reis, 13).

Esse convívio na infância teriam ainda possivelmente proporcionado paixões que talvez não tenham acontecido na prática, uma vez que não se lhe conhecem filhos além dos que criou como seus, mas que alimentaram a sua imaginação com os cavaleiros dos romances da época e que revivem na personagem Tancredo. Da mesma forma, o tio e pai de Úrsula ressuscitam os temores da avó e da mãe que a impediam de sair de casa e de ficar exposta aos apetites dos homens brancos despóticos e violentos (Saffioti, 1976, 92). Tendo a avó sido raptada de África e Leonor Felipa Reis sido mãe solteira, podemos antever que teriam sido expostas a formas diversas de violência à sua integridade física e mesmo de abuso sexual e que, naturalmente uma vez alforriadas, procurariam preservar as mulheres da sua família desse destino, o que justificaria a educação freirática. Por outro lado, se atendermos à relação familiar com Sotero Reis, com quem posteriormente colaborou em jornais, bem como ao facto de saber ler e escrever francês fluentemente, Maria Firmina teria tido acesso a alguns livros e possibilidade de desenvolver a sua instrução de forma autodidata, de forma a conseguir a aprovação para mestra régia em 1847 (Mendes, 2006, 19).

---

<sup>7</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=H5dvRjVDyC0&ab\\_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty](https://www.youtube.com/watch?v=H5dvRjVDyC0&ab_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty) (50'40) – Festa Literária Internacional de Paraty.

Enquanto mulher, Maria Firmina dos Reis beneficiou do facto de ter nascido já no período da monarquia constitucional, que valorizava a educação e a necessidade de instruir as mulheres e que previa já em 1827 uma instrução primária gratuita nos aglomerados com maior densidade populacional e mediante nomeação de mestras aprovadas em exame e de imaculada reputação (Saffioti, 1976, 104). Esta instrução era deficiente em geometria e aritmética, preteridas pelas artes de coser e bordar, mais consentâneas com o ideal de mãe e dona de casa, o que influía não apenas nos conhecimentos obtidos pelas alunas, mas na falta de domínio das matérias pelas próprias mestras, bem como incapacidade para lecionar os níveis seguintes de ensino. A instrução das meninas deveria prepará-las sobretudo para o seu papel de mães, com as mestras que tentavam aumentar o conhecimento das suas pupilas privilegiando a leitura, escrita e aritmética às prendas domésticas a serem afastadas da função por não cumprirem com as suas obrigações (Saffioti, 104-107). Não surpreende, pois, que ao ousar escrever um romance e nele verter a sua indignação pela condição das mulheres e dos escravos, Maria Firmina dos Reis se apressasse a enunciar o seu projeto de escrita como decorrente do seu carácter maternal e pueril, servindo-se deste argumento como forma de expressar livremente o seu pensamento ao abrigo de represálias.

Seria por via da educação que Maria Firmina dos Reis se conseguiria libertar do lar materno e singrar numa profissão que, mesmo sendo mal remunerada, lhe permitiria o seu sustento e que seria complementada com a sua participação em jornais diversos e publicação das suas obras. Embora se descreva como acanhada e tímida, por via da reclusão em que passara a infância, a verdade é que com vinte e dois anos consegue tornar-se a primeira professora efetiva do magistério e por via do artifício de conseguir acrescentar três anos ao seu registo de nascimento, uma vez que para ser professora primária a idade mínima das concorrentes era vinte e cinco anos.

Tenhamos ainda presente o facto de, como acabámos de referir, as mulheres estarem confinadas ao lar e tarefas domésticas e de Maria Firmina ter conseguido sair desse confinamento ao ponto de exercer um cargo público e colaborar em jornais, meio essencialmente masculino. De facto, se atendermos aos colaboradores dos jornais em que escrevia e com os quais privava, todos eram homens, que incentivavam e valorizavam a sua escrita, mas que também a criticavam.

Não obstante as dificuldades que possivelmente teria tido para se conseguir inserir e afirmar neste meio, facto é que o fez, com a mesma tenacidade com que se manteve como professora até se reformar em 1880 e em que teve a iniciativa de fundar uma escola

mista, algo revolucionário pela diferenciação do ensino entre os géneros e restrição do seu convívio. Se atendermos a que 1880 foi o primeiro ano de funcionamento da Escola normal do Município da Corte, conseguimos perceber que a inauguração de uma escola mista numa província distante e provinciana como o Maranhão teria sido uma inovação tremenda à época (Saffioti, 1976, 110). Da mesma forma que, nos anos trinta, colegas suas haviam sido afastadas por privilegiarem o intelecto das educandas em detrimento dos labores domésticos, também Maria Firmina dos Reis seria obrigada a fechar a escola dois anos e meio após a sua fundação. Contudo, o seu legado ficou na escola que hoje ocupa o lugar daquela por ela fundada e que tem hoje o seu nome, bem como na sua obra.

Já relativamente a Moçambique, será o processo de descolonização e a formação da identidade nacional moçambicana que levarão Paulina Chiziane a escrever. Da mesma forma que integra a Frente de Libertação Nacional Moçambicana como forma de contribuir para o seu país, Paulina desilude-se com a forma como o processo de independência manteve a cultura do colonizador, contribuindo para a manutenção de conflitos sociais internos e da guerra civil que se lhe seguiu. Seria, aliás, nesta sequência que Paulina se afastaria do partido e começaria a escrever, primeiro para jornais e depois estreando-se no romance, com *Balada de Amor ao Vento* (1990). Nas várias obras publicadas dos anos noventa até hoje, Paulina Chiziane tem procurado, precisamente, contribuir para o que considera um processo de formação de identidade nacional que crê que durará séculos a ser conseguido e que passa por um maior conhecimento das várias culturas moçambicanas e da possibilidade de diálogo entre elas (Lucas, 2021).

O ser uma contadora de histórias (e não uma romancista) que funda a sua escrita na tradição oral, contribui para que as culturas ancestrais e colonial estejam em confronto permanente, traduzindo o realismo de uma sociedade que balança entre os dois sistemas e que dentro da própria cultura moçambicana diverge consoante as regiões. É a própria Paulina Chiziane que declara o desconhecimento que tinha acerca das diferenças entre as culturas patrilinear do Sul e matrilinear do Norte, apesar de já ter lido acerca da sua existência, até ter circulado por todo o país e vivenciado o que é ser mulher em ambas. Revolucionária foi a percepção de que enquanto no Sul o sexo é o lugar do pecado, o que se coaduna com uma tradição colonial e cristã que prevê o batismo como forma de purificação do recém-nascido resultante da relação pecaminosa, no Norte ele é sagrado, estando na base do incentivo social para que a mulher cuide de si, do seu corpo e esta seja uma arma de empoderamento. Esta visão do sagrado feminino tão contrastante com a sua base educacional, numa escola de freiras no Sul de Moçambique durante o período

colonial, despertou a consciência da escritora para uma identidade feminina que pode e deve ser negociada na construção do seu país. Trata-se de uma identidade que existia tradicionalmente e que ainda existe nalguns espaços do Norte, embora as culturas patrilineares europeia e islâmica tenham procurado sufocá-la, e que por via da sua escrita procura partilhar com o seu povo, nomeadamente com as mulheres, para que possam reivindicar esse espaço sociocultural que lhes pertence em Moçambique.

Se bem que a sua obra literária se inicie apenas nos anos noventa, a realidade tratada é fruto de uma reflexão que tem como base a sua infância e a experiência sociocultural das mulheres da sua família e da sua etnia, bem como os espaços em que viveu e estudou. É a sua visão do mundo como mulher moçambicana que passa para todos os temas que trata e em que sobressai a posição secundária da mulher na sociedade.

Paulina nasceu numa sociedade onde, pela etnia Tsonga, a mulher está destinada apenas a casar e a ter filhos. O seu nascimento é celebrado pelo dinheiro que vai entrar com o seu dote e a infância termina assim que menstrua e pode consumir esse matrimónio. As histórias que ouvia a avó materna contar sobre as mulheres boas, obedientes e que eram muito felizes no seu casamento, contrastavam com as cantigas tristes que ouvia a mãe e as outras mulheres cantar enquanto desempenhavam as tarefas domésticas e que pareciam deixar os homens indiferentes. Por outro lado, o facto de aos seis anos deixar o campo para ir viver nos subúrbios da cidade e passar a frequentar a escola católica, trouxe-lhe a percepção de que a cultura que lhe era ensinada divergia muito da que tinha em casa, mas que à mulher estava reservado o mesmo espaço de castidade, submissão e devoção ao lar. Quis ser pintora e a família não deixou. Quis ser uma boa esposa e desiluiu-se com o casamento. Ia crescendo e verificando que o que vivia entrava em contradição com o que sentia e a escrita foi a forma de expressar esses sentimentos e fazer-se ouvir enquanto mulher numa sociedade onde a sua voz era abafada. O seu primeiro romance *Balada de Amor ao Vento* (1990) foi recebido pelos homens com desprezo, tendo os contactos que desenvolveu junto de várias instituições para o conseguir publicar sido objeto de convites de cariz sexual, que denunciavam a objetificação da mulher escritora. Objetificação por ser mulher e, portanto, ter uma função social que passava fundamentalmente pela reprodução, mas reforçada pelos temas de ordem sexual que abordava de forma desassombrada e que levavam os homens a imaginá-la versada nas artes da sedução e do sexo (Chiziane, 2013).

Os livros de Paulina Chiziane chocam pela crueza com que expõe a realidade sociocultural e sobre ela reflete, mas é por meio desse choque que tem conseguido

mudanças ao nível do comportamento masculino, com alguns dos homens que a menosprezavam nos anos noventa e na primeira década do século XXI a partilharem hoje a sua obra com os seus alunos. Trata-se de uma forma de intervenção social por via da literatura, mas também da poesia, da música e do ambiente, o que lhe valeu o Premio Camões em 2021 e a certeza de que não será esquecida.

O que têm em comum Maria Firmina dos Reis e Paulina Chiziane? Ambas se movimentaram em espaços editoriais dominados e povoados por homens que não tinham em grande conta a obra literária das mulheres e conseguiram impor-se pela qualidade da sua escrita. Se no caso de Paulina Chiziane temos o testemunho da própria em como foi alvo de objetificação sexual por parte desses e doutros homens, de Maria Firmina dos Reis apenas podemos supor que possa ter tido experiência semelhante, uma vez que não temos tal testemunho. Em ambas, todavia, temos uma infância passada à volta das mulheres da casa e uma perspetiva futura de serem boas mães e esposas. Contudo, o facto de ambas terem vivido no campo e na cidade e de terem tido acesso a uma educação que lhes permitiu descobrir a leitura e a escrita, acabaria por lhes despertar a consciência para realidades diversas dentro do seu próprio país, sobretudo no respeitante às mulheres e aos negros. Por outro lado, ambas perceberam que a escrita lhes permitia ter voz numa sociedade em que a mulher era votada ao silêncio.

Foi a vida freirática de Maria Firmina dos Reis que a levou a sonhar além das quatro paredes que a encerravam e a encontrar na leitura o escape de um quotidiano fastidioso. A sua familiaridade com Sotero dos Reis, que era professor, bem como a necessidade de mestras num país que inaugurava a instrução feminina, teria possivelmente conduzido à perceção de que como professora poderia sair daquele espaço de reclusão e contribuir para a mudança de mentalidades e que pela sua escrita podia expressar os seus sentimentos e partilhar as suas reflexões com um público mais alargado.

A escrita como forma de empoderamento da mulher foi algo que Chiziane também descobriu por via de uma outra forma de vida freirática, quando entrou para a escola primária católica nos subúrbios de Maputo e começou a aprender a ler e escrever em português. Longe da liberdade da casa da avó no campo e a iniciar-se na aprendizagem de uma língua que não dominava e lhe valia críticas da professora nas redações, Paulina descobriu que essa linguagem colonial que a oprimia também lhe permitia novos entendimentos, na medida em que utilizava “palavras com alma” (Leiderfarb, 2022). A alma que as suas redações revelavam levava a que a professora corrigisse e seleccionasse um desses textos para ser lido na Igreja, o que enchera a criança de orgulho. Ainda que

inconscientemente, Paulina percebeu que pela sua escrita ganhara importância e capacidade para se fazer ouvir num lugar sagrado dominado por homens e que através dela poderia expressar o que o mundo que a rodeava pretendia silenciar.

Foi dessa forma que Paulina foi investindo na descoberta dessa alma das palavras pela qual era lícito expressar-se em espaços de silêncio. Tanto ela quanto Maria Firmina dos Reis descobriram assim a possibilidade de afirmarem a sua autonomia e identidade por via das suas publicações, tornando-se escritoras pioneiras nos respectivos países e nas temáticas abordadas, despertando a atenção do seu público para a forma como percecionavam o mundo ao seu redor e abrindo, assim, caminho para a mudança.

*Úrsula* é um romance de estilo romântico, descritivo e narrativo, próprio da sua época, onde abundam as descrições das paisagens e do estado de espírito dos personagens, para as quais contribui a onisciência da narradora com comentários elucidativos do caráter de cada um, numa ótica moralizadora e antiescravista. Característico ainda do estilo é o amor puro e impossível dos protagonistas. *Úrsula* é boa, generosa, ingênua, virgem, quase uma santa a quem Tancredo vai prestar o culto, na partilha de um amor sublime e casto, desprovido de sexualidade e de pecado.

Já *O Alegre Canto da Perdiz* contrasta com *Úrsula* na medida em que é carregado de um realismo cru e dominado pela violência da sexualidade. As protagonistas são mulheres cuja história é carregada de tragédia pelos abusos de que foram e são alvo, bem como pelo ideal de um branqueamento social que corrompe a condição materna de Delfina e é responsável pela vida desgraçada de Maria das Dores. No entanto, enquanto *Úrsula* é caracterizada pela separação clara entre personagens bons e maus, *O Alegre Canto da Perdiz* não comporta esta dicotomia de caracteres, precisamente porque enquanto obra que retrata a realidade, não se verifica uma idealização das personagens, mas antes um reconhecimento das suas qualidades e defeitos e da alternância entre boas e más ações.

Ambas obras abordam a figura da mãe e da maternidade de forma diferente. Em *Úrsula*, é a maternidade que serve de justificativa a Maria Firmina dos Reis para escrever a sua obra, sendo sob o seu signo que se dão as denúncias da violência do homem branco contra as mulheres e os negros. Numa época em que a mulher tinha como destino ser mãe, esposa e dona de casa, é pela sua maternidade que o que ela pensa e sente assume um significado social, evitando o desprezo com que seria ouvida e lida pelos homens se pretendesse dirigir-se-lhes sob qualquer outro título e, sobretudo, sob um prisma de igualdade.

Já em *O Alegre Canto da Perdiz*, a única mãe pura e que todos abraça, é África,

porque as outras mães são mulheres cuja maternidade se perdeu nas agruras da vida (Chiziane, 2008, 327). Há um paralelismo constante entre as personagens que renunciam à sua essência, aos seus sentimentos mais profundos, ao que verdadeiramente lhes dá uma dimensão de pertença e felicidade em prol de ideais contruídos, inalcançáveis e que as destroem por não lhes serem intrínsecos, mas do colonizador, com o distanciamento do povo africano relativamente a África enquanto terra-mãe das suas origens. Por ser outra época, Paulina não tem de justificar o seu romance, nem de se colocar ao abrigo da maternidade para se dirigir à sociedade. Pelo contrário, é colocando em evidência os defeitos dessa maternidade falhada que a autora dá voz ao que sente relativamente ao povo moçambicano que se autorrenega ainda hoje e sob uma lógica cultural colonial.

Ambos romances são de mulheres negras que se tornaram escritoras pioneiras nos respetivos países e que denunciam a supremacia do homem branco sobre o negro e a sua violência sobre as mulheres, mas estas temáticas assumem contornos diferentes, em virtude da época e do espaço pós-colonial a que respeitam. Assim, se em Moçambique o negro almeja ser branco ou mestiço, por via de relações com brancos ou mestiços ou aquisição de traços culturais que lhes permitam um branqueamento social com a correspondente subida na hierarquia racial, no Brasil o negro apenas quer ser livre. Já quanto à mulher, enquanto no Brasil ela se resigna à sua sorte, como se fora impotente para fazer frente aos intentos perversos do homem branco, sucumbindo às suas mãos enquanto vítima recatada e pura, em Moçambique a mulher é autónoma, decidida, servindo-se do seu corpo e da sua sexualidade para vingar nos seus intentos. Conquanto vítima do infortúnio, é a mulher negra que leva os homens brancos e negros à perdição e se ela é alvo de violência física, verbal e sexual, ela é igualmente sua fonte, na perpetuação dessa violência que recebe e devolve nas mulheres que gera e nas que a rodeiam.

A violência do homem branco sobre a mulher no Brasil transparece por via da traição e castigos infligidos às esposas, bem como pelos abusos de carácter incestuoso junto das jovens mulheres da sua família. Não há denúncias relativamente a quaisquer abusos de ordem sexual sobre as mulheres escravas, ainda que pelas palavras de Mãe Susana e seu contraste com as de Túlio relativamente aos castigos recebidos seja possível depreender que as mulheres negras sofreriam um tipo de represálias diferente do dos homens. Contudo, independentemente dos géneros, homens e mulheres negros sofriam a violência das punições corporais.

Já em Moçambique, a violência do homem branco é a do colonialismo que condiciona tudo e todos, impondo a escravidão dos homens e mulheres nos campos, com

um trabalho cuja remuneração mal lhes permite sobreviver e que leva a que ambos géneros celebrem o nascimento de meninas como uma forma de arrecadar mais dinheiro. Não há em toda a história um personagem branco cujos atos de violência sejam descritos, sendo através de homens negros assimilados, como José dos Montes, cuja condição de sipaio o tornava na mão-de-obra para a perpetração de todas as formas de violência colonial, que esta acaba por ser revelada. Enquanto em *Úrsula* domina o incesto, em *O Alegre Canto da Perdiz* sobressaem a violação da mulher negra e a prostituição infantil.

Finalmente, comum a ambas obras está o facto de ambas se reportarem a países resultantes de um colonialismo português largamente assente no tráfico de escravos africanos, pelo que África é o berço dos africanos moçambicanos e a terra prometida dos afrodescendentes no Brasil. Quer uns quer outros lutaram por se libertar do povo branco que os colonizou e oprimiu, tendo em ambos casos a opressão sobrevivido à colonização. Contudo, os africanos lutaram pela recuperação da liberdade que lhes fora tirada num território que é o seu, de onde nunca saíram e que lhes pertence. Ainda que estejam a construir a sua identidade nacional, têm esta ligação à terra presente, contrariamente aos afrodescendentes no Brasil, que já nasceram aprisionados em entendimentos culturais que os desvalorizam e relegam a uma condição inferior numa terra que sem eles não teria sido possível construir.

## **2. Uma questão colonial ou uma questão de género?**

Maria Firmina é negra e descendente de escravos numa sociedade escravocrata e serve-se da sua obra *Úrsula* para reconhecer a humanidade dos escravos e reforçar a violência abjeta do homem branco sobre os negros e, em particular, sobre os escravizados. No entanto, a violência sobre todo um povo é denunciada por via dos dois personagens negros Mãe Susana e Tancredo, enquanto a violência sobre as mulheres é-o por todos os personagens à exceção de Adelaide que, seduzida pelas joias e fausto que lhe oferece o pai de Tancredo, não se apercebe de que é vítima da lascívia do homem que praticamente a perfilhou. Conquanto o que sobressaia seja a violência opressiva do homem branco sobre a mulher branca, todos os trabalhos sobre a obra se focam na forma como a autora assume um discurso antiescravista antes do período abolicionista ter tido início, tornando-se romancista pioneira no que ao tema diz respeito, assim como na atribuição de agência e humanidade aos negros.

Paulina Chiziane é negra e viveu o período colonial e pós-colonial em Moçambique, sendo a opressão do homem branco a personificação de um colonialismo

que pretende a aculturação dos negros, numa renúncia total à sua identidade como africanos e numa assimilação cultural como meio para a melhoria das suas condições de vida. Ao contrário do que sucede em *Úrsula*, não há personagens brancos cujos comportamentos abusivos sejam descritos, ocorrendo tal descrição por via dos africanos que se deixaram corromper na mira ilusiva do branqueamento da raça e que atuam como assimilados e sipaios ao serviço do regime colonial. São eles, enquanto lacaios desse regime, que sujam as mãos atuando com violência contra o seu próprio povo e viabilizando a violência do homem branco sobre eles, entregando-os à traição. São igualmente eles, os homens, já não somente os assimilados, mas também aqueles que permanecem fiéis à cultura ancestral, que perpetuam a violência sobre as mulheres negras, seja violando-as, agredindo-as, ou sendo coniventes enquanto pais com a sua iniciação na prostituição quando crianças. Todos os negros são vítimas do sistema colonial, sendo sobre as mulheres que, todavia, a violência desse sistema exerce o seu maior peso. Tal acontece porque tal violência é exercida por via direta – através do homem negro, que atua no cumprimento de ordens coloniais ou ao abrigo da sua necessidade egoísta de sobrevivência, num sistema cultural que entende a mulher como existindo para o servir – e indireta, através do homem branco que explora a sua condição inatacável de superioridade racial para seduzir, violentar e impor-se a todos ao abrigo do sistema colonial

Embora em *Maria Firmina sobressaia* a violência sobre a mulher branca e em *Chiziane* a exercida sobre a mulher negra e com grande enfoque no peso do colonialismo e no homem negro como agente direto dessa violência, em ambas se destaca o papel do homem branco na opressão de todos em seu redor, sendo difícil entender qual a violência que prevalece para cada autora. Até porque em 1859 o discurso antiescravista já carecia de justificativa e enquadramento para poder ser enquadrado num romance, pelo que aprofundá-lo por via da denúncia dos abusos sexuais do homem branco sobre a mulher negra e sobre as escravas seria algo difícil de ser conseguido. Na verdade, a enunciação da violência sofrida pela mulher branca é feita na ótica da maternidade, pelos pesares sofridos por aquelas cuja única missão no mundo fora ser boas mães e que não mereciam o destino que lhes fora reservado, pois enquanto mulheres reuniam todas as características que as tornavam exemplares. Aqui cumpre realçar a diferença entre *Úrsula* e *A Escrava*, onde a maternidade é utilizada com a mesma finalidade, mas já respeitando à escrava Joana, que enlouquecera com a venda dos filhos para o Rio de Janeiro. Os legítimos direitos de uma mãe sobre os filhos são imputados a Joana por via da personagem

principal, uma mulher branca pertencente à elite e aos círculos abolicionistas e que é o oposto das mulheres retratadas em *Úrsula*, pelo seu pensamento rápido, atitude enérgica e corajosa e capacidade para fazer frente e derrotar o homem branco nos seus propósitos violentos. Mais uma vez, todavia, embora o tema central seja a humanidade dos negros e o reconhecimento dos seus direitos, é a violência do homem branco sobre a mulher, aqui negra, que sobressai. O próprio facto de Maria Firmina dos Reis ter tido uma infância de clausura, longe de homens que pudessem atentar contra a sua integridade física e moral, parece reforçar a importância que a violência do homem branco sobre a mulher assume na sociedade brasileira de Oitocentos e, por conseguinte, na sua obra. Como tal, no caso de Maria Firmina dos Reis embora a questão racial e colonial assumam importância central na temática, é a violência sobre a mulher que perpassa em cada linha do seu texto, porque a atravessa enquanto autora feminina.

Quanto a *O Alegre Canto da Perdiz*, a forma como o racismo colonial ocupa lugar central acaba por tornar mais difícil o discernimento de qual a violência que ocupa maior destaque, se a do colonialismo sobre o povo africano, se a do homem sobre a mulher, até porque ambas se interligam, embora também se dissociem. A história começa com uma mulher nua, encontrada por outras mulheres à beira do rio e que não suportam a nudez da desconhecida, na medida em que a aculturação cristã/colonial as fizera esquecer as suas origens e a naturalidade de comportamentos como aquele. Nessa história esquecida e recuperada pela mulher do régulo cabem ainda as violações dos conquistadores sobre o povo moçambicano, assumindo estas uma naturalidade no quotidiano das moçambicanas que é depois revelado com a venda da virgindade de Delfina por sua mãe Serafina e da de Maria das Dores por Delfina.

Homens e mulheres negros justificam o uso do corpo da mulher negra bela como forma de trazer mais dinheiro para casa, sobretudo se for capaz de seduzir homens brancos. A polícia do regime e os negros ao seu serviço abordam a violação da mulher como forma de subjugação e domínio, colocando em destaque a valorização de meninas negras virgens para satisfazer os apetites sexuais dos brancos. Será um caso de colonialismo, uma vez que os homens negros que permanecem fiéis às tradições africanas também promovem a prostituição das suas filhas como forma de aumentar os rendimentos da família? Por outro lado, fora de um contexto colonial que os aniquilasse economicamente, pensariam eles da mesma forma? Em que medida tais atitudes de violência encontram justificação com base no colonialismo e em que medida são endógenas e inerentes à própria cultura moçambicana?

É difícil responder a estas questões, sobretudo quando se confronta a obra com outras da autora. Em *Niketche*, por exemplo, é possível perceber a violência do sistema patriarcal e poligâmico sobre a mulher, totalmente sujeita ao homem pelo casamento e após a sua morte. Essa sujeição ao abrigo das leis da etnia africana a que a protagonista Rami pertence, obrigam-na a, por morte do marido, ter relações sexuais com um irmão dele (*kutchinga*)<sup>8</sup> e ficar reduzida à miséria pela família do marido, que lhe confisca todos os bens. Há, assim, uma subalternização da mulher no sistema patrilinear africano e que faz parte da própria tradição sociocultural, sem intervenção colonial. No ato da *kutchinga* o cunhado da viúva não é auscultado, tendo igualmente de obedecer aos desígnios da família o que representa, também, uma violência sobre o homem. Contudo, comparativamente, trata-se de uma violência mínima, na medida em que ele tem a sua própria vida familiar e lidera o seu destino, não sendo desprovido dos seus pertences e do rumo da sua vida, como a mulher, que perde totalmente os seus direitos.

Torna-se assim difícil entender onde começa e acaba cada uma destas formas de violência, bem como se é ou não condicionada pelo colonialismo. Contudo, fica claro que a mulher sai sempre a perder no âmbito do próprio sistema africano, numa lógica de subalternização dos seus direitos que por estar presente em todas as obras de Paulina Chiziane, nos parece assumir preponderância face ao tema do colonialismo e da sua violência sobre os negros. É, assim, a violência sobre a mulher que também move Paulina Chiziane a escrever, com o objetivo de despertar consciências e mudar mentalidades, mudando o destino da mulher na história.

### **3. Da escrita à opinião**

Sabemos muito pouco acerca do que levou Maria Firmina dos Reis à escrita e do impacto da sua obra, tanto na própria autora quanto na sociedade do seu tempo. Podemos e devemos, todavia, atender ao que publicou e de como os jornais noticiaram essas publicações, bem como ao que escreveu para si mesma e, ainda, ao silêncio e ignorância a que foi votada.

Pelo seu desabafo escrito, sabemos que cresceu entre mulheres, com pouco ou nenhum convívio social além do círculo familiar, o que lhe pesava e teria, possivelmente, contribuído para que lutasse pela obtenção da sua autonomia económica numa área que lhe dava prazer e com que se identificava: o ensino e a escrita. Oriunda de uma família

---

<sup>8</sup> Ritual africano de “purificação” da viúva em Moçambique e que obriga a mulher que perde o marido a ter relações sexuais ou a casar com um irmão daquele, como forma de perpetuar a herança do falecido.

de poucas posses, certamente que esse fator teria igualmente contribuído para que Maria Firmina procurasse garantir o seu sustento. Não sabemos qual a razão que teve maior peso, mas percebemos que conseguir a posição de mestra naquele concurso público em 1847 era para ela importante ao ponto de alterar a sua idade de vinte e dois para vinte e cinco anos para poder concorrer e que conseguiu o objetivo de ser aceite. Sabemos, também, que a família sentiu orgulho com esse feito, na medida em que providenciou um palanquim<sup>9</sup> para o dia da cerimónia do ato de nomeação, o que ela recusou “porque negro não era animal para andar montado em cima dele” (Filho, 1975). Teria a família sentido igual orgulho pela sua colaboração em jornais, quando este era um meio quase que exclusivamente masculino e numa época em que a participação da mulher na imprensa e na literatura estava ainda no início? Não o sabemos. No entanto, os laços familiares com Sotero dos Reis e a existência de músicos na família teriam, possivelmente, facilitado a sua inserção nesse meio e a aceitação da família.

Como era comum na época, até a sua família de afrodescendentes tinha escravos não se obviando a utilizá-los como animais de carga, como revelado pela oferta do palanquim. Contudo, a recusa categórica de Maria Firmina dos Reis em aceitar ser transportada nessas condições é elucidativa do facto de se opor a essa situação. Na verdade, Maria Firmina assumiria uma atitude protetora em relação a esses e outros escravos, o que pode ser inferido não somente a partir do teor das suas obras e dos registos que deixou, mas mesmo pelo facto de ter perfilhado algumas crianças e sofrido com as suas mortes prematuras (Filho, 1975), bem como por lhes ter inclusivamente dedicado poemas (Mendes, 2006, 24-25).

A sua opinião acerca do que presenciava em casa no tratamento dos escravos, bem como o que percebia através da sua atividade como professora e, sobretudo, através das notícias que certamente lia enquanto jornalista informada, estariam assim na base do seu conhecimento acerca da situação das mulheres e dos negros. As revoltas quilombolas constantes na província do Maranhão, bem como as notícias dos tratamentos desumanos de muitos dos escravos pelos jornais e a própria narrativa da sua família, teriam influenciado, assim, a sua escrita (Machado, 2019, 96). Uma escrita utilizada para denunciar a desumanidade do homem branco para com os negros, mas sobretudo para com as mulheres. A história da captura de Mãe Susana em África e seu transporte para o Brasil, onde foi vendida como escrava, descrita em *Úrsula*, por exemplo, remete para a

---

<sup>9</sup> Cadeira em que os escravos carregavam os nobres. (Mendes, 2006, 24)

história real de sua avó Engrácia, capturada em Cacheu, na Guiné, e levada para o Brasil, tornando-se a personagem escrava como que o alter ego da escritora na incorporação de todo esse sofrimento ancestral em si mesma.

Se considerarmos ainda o facto de ter crescido numa casa de mulheres a que estava confinada e ser mestra de meninas, o seu convívio social seria naturalmente com mulheres e, por isso, a condição da mulher estaria no centro do seu interesse e preocupação. Por outro lado, apesar de afrodescendente, parte da família materna seria branca (ou branca da terra), pelo que esse fator contribuiria para atender igualmente à condição da mulher branca, também ela sujeita aos desígnios do homem branco na sociedade patriarcal brasileira. É importante lembrar que o meio jornalístico com que colaborava era dominado por homens que haviam estudado em Portugal ou que, pelo menos, se inspiravam na cultura de matriz europeia e branca, sendo esses os valores veiculados, sobretudo relativamente à visão do mundo, sociedade e tradição literária (Machado, 2019, 95-96). Era necessário a Maria Firmina dos Reis ir ao encontro desses mesmos valores para poder ser aceite pelos colegas de profissão e ter a sua obra lida por um público sobretudo branco, uma vez que só assim poderia inserir a temática da escravidão e conseguir empatia para a sua causa. Finalmente, ao iniciar-se no romance, tanto o estilo romântico que utiliza quanto a abordagem da subalternização da mulher branca pelo homem branco, aproveitam a adesão das mulheres brancas à causa abolicionista como forma de viabilizar a sua própria emancipação no âmbito dos movimentos feministas. Ainda que estes não estivessem ativos no Maranhão, a leitura de um romance que retratava a vida de muitas mulheres maltratadas conduziria à natural identificação das leitoras que se encontravam nessa situação com as personagens femininas que eram vítimas dos homens brancos. Homens cujo poder arbitrário e crueldade se revelava no trato com as mulheres da família, mas também com os escravos, facilitando a criação de um elo solidário e protetor de parte a parte na história narrada. A identificação das leitoras com as personagens femininas que tratavam bem e protegiam os seus escravos e, possivelmente, a de leitores masculinos que se identificassem com Tancredo nos seus valores de proteção à família e reconhecimento para com o escravo que lhe era dedicado, poderia assim resultar numa alteração de mentalidades e padrões de comportamento.

Entre a publicação de *Úrsula* e de *A Escrava*, a alteração do tipo de narrativa de romântica para realista; do papel da mulher na história que passa de impotente para proativa e determinada; e do fim da mesma que passa da tragédia geral em que todos os personagens morrem como resultado da tirania do homem branco, para a vitória da

senhora que alforria o escravo Gabriel e derrota o senhor Tavares, traduzem já o impacto da sua escrita na opinião. Maria Firmina dos Reis inicia o seu percurso literário com *Úrsula*, cujos personagens centrais são brancos, girando a história em torno do seu amor impossível e assumindo os escravos um papel secundário. Neste romance, as mulheres e os escravos são vítimas e a sua capacidade para agir e modificar o seu destino é nula, como se compreende pelo facto de se tratar de uma obra que inicia a abordagem a este tema e que pretende captar o interesse de um público que ainda não se mobiliza para a causa abolicionista. Pelo contrário, *A Escrava* é um conto escrito numa altura em que o discurso abolicionista reverbera por toda a parte, contribuindo os jornais para a difusão do movimento com as notícias e críticas dos tratamentos desumanos dos escravizados, bem como das revoltas quilombolas, que são, inclusivamente, inseridas na narrativa. A par do discurso abolicionista e a fomentá-lo estão mulheres, que progressivamente foram também entrando nos círculos literários por via da educação recebida e que têm um papel social mais interventivo e condicente com a personagem principal do conto. Neste sentido, a escrita de Maria Firmina contribuiu para uma mudança de opinião, influenciando nos novos comportamentos e mentalidades que, por sua vez, possibilitaram mudanças na sua escrita.

No entanto, era uma escrita dependente do apoio dos jornais em que colaborava e da adesão dos homens que os dirigiam, como o revela o facto de apesar de ter sido publicado em 1859, em 1860 o romance *Úrsula* estar a ser publicitado n’*O Jornal do Comércio* e n’*A Moderação*, identificando este último a autora pelo nome e profissão, possivelmente como forma de auxiliar a que fosse lida pela gente da terra, pois o “seu ensaio revela de sua parte bastante ilustração”.

Mais eloquente acerca das capacidades da autora é *A Verdadeira Marmota* que, a 13 de maio de 1861, valorizava o empreendimento da mulher que “rompendo o círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos apresentar-se no mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência”. Tanto mais que se já era raro ver mulheres a fazê-lo em regiões mais cultas, como a Europa, mais surpreendente ainda era tal acontecer no Brasil, que não primava pela instrução e cultura e onde mesmo a participação dos homens nos círculos intelectuais era ínfima. (Filho, 1975)

Talvez como forma de preparar o público para a componente crítica da narrativa quanto à condição da mulher e dos escravos, o autor do texto refere que o talento da escritora é “dotado de muitas imaginações”, ainda que tivesse sido “festejado por todo o

jornalismo e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito”. A necessidade da publicidade ao romance parece advir do facto de o livro ter sido publicado “sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores”, o que possivelmente teria condicionado a sua aquisição, o que se pretendia obviar com a boa publicidade à obra publicada e a afirmação do seu reconhecimento pelos homens. O jornal anunciava ainda que outros textos além de romances seriam publicados nos números seguintes, nomeadamente poemas. Seria, pois, necessária a aprovação do público intelectual masculino e da imprensa jornalística, para que a obra de Maria Firmina dos Reis fosse viabilizada aos olhos da sociedade.

Na verdade, a 30 de setembro de 1861, o *Jardim das Maranhenses* publicitava igualmente a obra, anunciando a sua publicação no jornal que já contava com oito meses e existência, o que era possibilitado pelo grande número de assinantes e pelos “que honraram as páginas do *Jardim* com as suas produções literárias” e entre os quais se contava Maria Firmina dos Reis. Não fica claro se a autora resolve partilhar a sua obra no jornal como forma de conseguir a sua leitura por um público mais vasto por a publicação na Tipografia do Progresso não estar a ter a saída esperada, ou se era uma forma de apoiar o jornal e o seu programa. Já o autor do texto intercede para que os assinantes continuem a viabilizar o jornal, uma vez que este apadrinha as obras de figuras renomadas da Vila de Guimarães, como *Úrsula*, obra da conhecida conterrânea Maria Firmina dos Reis “e convém muito animá-la a não desistir da empresa encetada”, o que poderia acontecer se essas publicações não fossem viabilizadas por falta de apoio dos editores e dos leitores, logo, da sociedade. Tanto mais que apoiar o jornal era garantir que aquele continuaria “defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido”, o que depreende que o jornal publicava obras de mulheres e destinadas a um público feminino que se cultivava por esta via. São assim os jornais que abrem as portas para o romance de Maria Firmina dos Reis, sendo depois *Úrsula* que as abre para outros textos da autora, nomeadamente poemas, contos e música.

Como muito bem realça Assis Duarte, *Úrsula* não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira – até porque se para muitos autores o facto de anteceder o período abolicionista tornaria tal epíteto anacrónico, posicionando-o antes como antiescravista, outros questionam o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis nesse âmbito sequer – mas o primeiro romance afrodescendente e “que tematiza o assunto negro a partir de uma perspectiva interna” (Duarte, 2004, 279). Se somarmos à questão racial a de género e o facto de ter sido publicado numa região distante do polo cultural da Corte,

facilmente compreendemos a razão pela qual a sua obra seria votada ao esquecimento até ao terceiro quartel do século XX (Mendes, 2008, 2). Mesmo já após se ter reformado e até à abolição da escravatura no Brasil, vários jornais continuam a publicar a sua obra, incentivando o cultivo das artes e letras por mulheres como Maria Firmina dos Reis, mas outros, como *O Progresso*, republicavam textos de autores de outras regiões, como a Bahia, que em 1871 afirmavam que “a mulher não nasceu para literata, mas para mãe de família” (Silva, 2013, 110). Ora este texto circulava em paralelo com as publicações de Firmina, nomeadamente com o seu livro de poemas *Cantos à Beira-Mar* publicado nesse mesmo ano, e ia ao encontro da normatividade sociocultural veiculada para a mulher da época (Silva, 111-117) e que a destinava ao recato do lar. Esta dicotomia de opiniões num mundo em mudança e onde as mulheres paulatinamente, mas com grande esforço, iam reivindicando os seus direitos de intervenção sociocultural, certamente dividiria o público e a aquisição tanto das obras quanto dos jornais que mais entusiasticamente as publicitavam, como *O Jardim das Maranhenses*.

É certo que através do surgimento da imprensa no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, a mulher passou a poder ter um papel literário mais ativo, na medida em que, tal como Firmina, podia colaborar e mesmo fundar jornais destinados ao público feminino (Mendes, 2006, 25). No entanto, pela ressalva de *O Jardim das Maranhenses* acerca da necessidade de se continuar a patrocinar o jornal, tanto com assinaturas quanto com a partilha de publicações, como forma de assegurar a sua capacidade para continuar a existir em prol de um público feminino, depreende-se que seria forte a oposição à prossecução desse intento. Certamente que em espaços culturais mais ativos, como a Corte, no Brasil, ou as principais cidades europeias e norte-americanas, seria mais fácil às mulheres defenderem a causa feminista por via da imprensa, do que em espaços rurais e fechados como o Maranhão. Na verdade, a dificuldade experimentada pelo jornal e o esquecimento a que Maria Firmina dos Reis foi votada à medida que foi avançando em idade e se retirando da atividade pública, primeiro por via da reforma e depois pela progressiva redução da sua participação na imprensa, parecem indicar que seria a própria a autossustentar a sua viabilidade como escritora por via dessa colaboração. Se “a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais” (Zin, 2019, 24) permitem inferir do reconhecimento e admiração pela sua obra, tal ficaria circunscrito à imprensa com que colaborava e ao público reduzido que a lia e patrocinava.

Facto é que três publicações da mesma obra em periódicos distintos poderia revelar a vontade de chegar a um público mais alargado ou, mesmo, o insuficiente impacto que apenas um periódico teria na sociedade maranhense que, após a abolição da escravatura, a esquecerá. O “Hino de Libertação dos Escravos” que publica no ano da abolição parece ser, igualmente, o canto do cisne de Maria Firmina dos Reis no que respeita ao impacto da sua obra na sociedade do seu tempo.

O reconhecimento do valor da obra de Maria Firmina dos Reis pelo grande público ainda não aconteceu, ainda que a descoberta da autora por Nascimento Morais Filho em 1973, com a consequente publicação da obra biográfica *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma Vida* em 1975, tenha aberto as portas do conhecimento da sua obra a um público intelectual e, sobretudo, académico, que tem vindo a aprofundar os estudos e descobertas sobre a autora. A importância desta publicação é, de facto, ímpar, pois reúne as publicações de Maria Firmina dos Reis nos vários jornais com que colaborou, dando conta da sua diversidade e divulgando-a e à forma como era publicitada.

Se o pioneirismo de Maria Firmina como primeira romancista brasileira é aventado por Morais Filho e alvo de contestação posterior, ele dá o mote para que outros intelectuais se interessem por ela, nomeadamente Charles Martin, que lhe imputa a primazia na atribuição de voz e agência aos escravizados e que tem vindo a ser a linha explorada por outros autores como Assis Duarte (Silva, 2013, 91). Outras análises foram feitas no campo da literatura, quer numa possibilidade de novos cânones a partir da obra de Firmina, como aventado por Zahidé Lupinacci Muzart; à da inserção da autora na historiografia literária brasileira dos séculos XIX e XX, por Algemira Macedo Mendes na sua tese de doutoramento; à tentativa de elaboração de um autorretrato de Maria Firmina a partir do que a autora escreveu acerca de si mesma por Luiza Lobo, que procedeu à terceira edição de *Úrsula* no centenário da abolição da escravatura em 1988, como forma de divulgar a obra enquanto contributiva para essa mesma abolição. Desde então e nos últimos vinte anos, tem aumentado o interesse dos estudantes académicos brasileiros pela autora afrodescendente, sendo diversas as teses de mestrado acerca de Maria Firmina dos Reis e a sua obra literária, nomeadamente a de Rafael Balseiro Zin, que procura entender a inserção da escritora na causa abolicionista da época a partir das suas obras *Úrsula* e *A Escrava*.

Finalmente, a biografia de Maria Firmina dos Reis publicada em 2022 pelo juiz Agenor Gomes denota a progressiva expansão do conhecimento da escritora por outras esferas que não apenas a académica, tendo este estudo permitido uma percepção mais

integrada e acurada da inserção da escritora no seu meio familiar e social. A seleção da escritora para a Feira Literária de São Luís do Maranhão em 2017 contribuiu para que Agenor Gomes tomasse conhecimento da sua existência e se lançasse na investigação agora publicada sob a forma de livro. Da mesma forma, o conjunto de conferências sobre Maria Firmina dos Reis em Novembro de 2022 na Feira Literária de Paraty e partilhados no YouTube, bem como o blog <http://www.lettras.ufmg.br/> criado e atualizado por académicos, contribui para a divulgação da escritora junto do grande público, tendo sido por estes dois canais digitais que eu própria tomei conhecimento acerca das investigações realizadas e parti para a minha pesquisa. Se é certo que só interessados no tema irão à procura e encontrarão estes canais, não o é menos que os meros curiosos poderão ter acesso aos mesmos de forma gratuita, tanto mais numa altura em que as questões de raça e de género são tão atuais e estão tão globalizadas. Por conseguinte, a escrita Oitocentista de Maria Firmina dos Reis que contribuiu para a mudança de mentalidades de uma sociedade patriarcal e escravagista que aboliu a escravidão em 1888, possibilitará novas interpretações acerca dos contributos afrodescendentes para a literatura nacional brasileira e para o entendimento mundial acerca dos direitos da mulher e dos negros ainda nos dias de hoje.

Já relativamente a Paulina Chiziane, ainda que seja por via dos seus romances que se apresenta ao mundo, a autora recusa identificar-se como romancista, preferindo a designação de “contadora de histórias”. Não é por acaso. Se, por um lado, as histórias que conta são com base numa tradição oral característica da cultura moçambicana e que pretende valorizar, por outro, o romance pressupõe um conjunto de regras literárias que conferiria poder a outrem para condicionar a sua escrita, algo de que se quer libertar. Trata-se de uma libertação dupla, não só de cânones externos e imposições alheias sobre o seu pensamento individual, mas igualmente – e sempre – da imposição masculina sobre a sua identidade de mulher. “Em todo o meu percurso sempre usei a língua portuguesa para negociar a minha essência como mulher, como negra, como africana” (Lucas, 2022). Esta frase é de Maio último, mas já havia sido formulada em 2021, no podcast “Cruzamentos Literários”, a propósito de *Niketche* (Chiziane, 2002): “Sou mulher, eu existo, e tenho o meu mundo e os meus conflitos. Então, a partir desse livro eu abordo várias questões, ligadas à condição da mulher no sistema cultural e vou, assim, negociando mesmo a minha identidade feminina” (Lucas, 2021, 10’43-11’07). Talvez aqui resida toda a força e magnetismo da escrita de Paulina Chiziane, desta necessidade de poder dar livre curso ao seu pensamento de mulher africana e às histórias orais e cenas

do quotidiano que enformam o seu imaginário cultural desde a infância.

Entre 1992, quando escreveu o seu testemunho “Eu, mulher...Por uma nova visão do mundo” (Chiziane, 2013), e 2022, passaram-se 30 anos. Denota-se uma diferença nas referências à infância e às vivências socioculturais transpostas para a sua obra literária ao longo deste tempo, algo que já acontecia entre as entrevistas de 2014 (Wieser, 2014) e 2021 (Leiderfarb, 2022) e que se tornam mais flagrantes sete meses após a receção do Prémio Camões. Na entrevista de 27 Maio deste ano (Lucas, 2022), Paulina Chiziane relaciona essa sua primeira história – de negociação de identidade e libertação por via da escrita – e as suas histórias (obra literária), com uma infância passada à volta da fogueira.

Contudo, no seu testemunho de 1992 não eram só a fogueira e as histórias da avó materna que influenciavam a sua escrita, mas uma infância passada num ambiente feminino, na qual ia registando a vivência triste das mulheres e a normalização dos seus lamentos pelos homens (Chiziane, 2013, 201). A mudança da família do campo para a cidade quando Paulina tinha seis anos, além de ser registada nos seus livros pelo contraste entre as regiões rurais e urbanas de Moçambique – semelhante às diferenças entre o Norte e o Sul, o patriarcado e o matriarcado e as conotações do corpo feminino –, marca também o início do contacto com a língua portuguesa e a escrita. Por outro lado, na escola Paulina percebe que as diferenças entre a cultura bantu e a cristã encontram semelhanças no lugar que destinam à mulher na sociedade, não só nos papéis de mulher e dona de casa, como na resignação e silenciar da sua dor (Chiziane, 2013, 201-202).

Primeiro por via da pintura e, depois, por via da escrita, Paulina foi tentando recriar o mundo rural da sua infância e evadir-se da realidade que lhe parecia destinada por ser mulher. A pouco e pouco, Paulina foi dando voz aos anseios, necessidades, expectativas da mulher, de que acabou por resultar a sua primeira obra impressa *Balada de Amor ao Vento* (1990), recebida com o ceticismo resultante do preconceito cultural e colonial do cruzamento das culturas bantu e cristã que relegavam a mulher para um plano inferior e lhe recusavam a “capacidade de trabalhar na língua portuguesa” (Leiderfarb, 2022). O início da obra literária de Chiziane foi, assim, um misto do prazer de contar histórias com o de exorcizar a indignação da autora para com uma realidade social que sentia como opressiva da sua identidade feminina.

Os momentos que vão da escrita à opinião têm início com a própria Paulina e com a redação que escreve na escola primária e que, depois de corrigida pela professora, é lida na Igreja. Paulina escrevera o texto como parte de uma tarefa de aula, mas a sua recetividade pela professora muda a sua opinião acerca de si mesma e da sua capacidade

para comunicar. O prazer e orgulho que sente por ter sido escolhida para ser lida e ouvida numa língua que ainda está a aprender e num espaço que não é o da sua cultura de origem, dão-lhe a perceção de que tem poder para se fazer ouvir enquanto mulher e para as duas culturas em que esta parece não ter importância. Paulina descobre que tem importância. Que tem voz. Será a partir de então que começa a investir cada vez mais na escrita, até publicar o seu primeiro romance *Balada de Amor ao Vento* (1990). Tal não se fez, todavia, sem ter de superar a objetificação sexual de que foi alvo pelos homens que contactou e que “e que não me ajudaram em nada ou ajudaram muito pouco. Contudo, quase todos eles não se esqueceram de fazer-me propostas sexuais, convites de jantar, como condição necessária para a ajuda de que tanto necessitava”. (Chiziane, 2013, 203) A par destas propostas sexuais, Paulina relata ainda no seu testemunho de 1992 a forma como a sociedade moçambicana inferiu que a abordagem de temas tabu, como o sexo, os direitos da mulher, a poligamia e tantos outros, constituía uma declaração explícita de uma vida devassa. (Chiziane, 2013, 203)

A mulher bantu não falava nem escrevia em 1992. Os tabus permaneciam enquanto tal, somente abordados em surdina e com outras mulheres, numa sociedade que votava a mulher ao lar e à procriação e na qual a poligamia, os casamentos precoces e a prostituição infantil feminina ainda são realidades, como Paulina relata e retrata nas suas obras. Mulheres que perseguiram o sonho de uma carreira, desafiando barreiras socioculturais como Paulina Chiziane, enfrentaram os já referidos preconceitos inerentes a uma cultura que entendia o pensamento da mulher como menor, relativizando-o e continuando a querer reduzir a mulher à sua sexualidade. Contudo, o público feminino e jovem aplaudiu a autora e a sua obra, incentivando-a a continuar e revelando a vontade de muitos em lhe seguir os passos na escrita.

Entre 1992 e 2022 passaram-se trinta anos, sem que muita dessa realidade sociocultural se tivesse alterado. O testemunho coincide, em muitos pontos, com o que Paulina descreve nas obras lidas e escritas já no século XXI e relata nas entrevistas mais recentes (Wieser, 2014, Leiderfarb, 2022). No entanto, algo mudou. Já no podcast “Cruzamentos Literários” (Lucas, 2021), quando questionada acerca do que mudou quanto ao papel da mulher na sociedade moçambicana nos vinte anos que medeiam entre a publicação de *Niketche* (Chiziane, 2002) e a atualidade, percebemos que se em 2002 alguns académicos relativizaram o livro como apenas mais um devaneio feminista de Paulina, hoje esses mesmos académicos utilizam a obra na sua didática (Lucas, 2021, 27’42-29’30). Conquanto a pergunta da jornalista fosse relativa à continuidade da

poligamia nos dias de hoje, o que é confirmado por Paulina, percebemos pela resposta da escritora que a perplexidade para com a mulher escritora que era sexualmente objetificada em 1992, dez anos mais tarde já dera lugar a alguma habituação, ainda que com bastante desprezo e paternalismo e trinta anos mais tarde essa escritora é trabalhada enquanto tal por esses mesmos académicos. Tratava-se já de uma mudança de mentalidade que o Prémio Camões 2021 veio reforçar, não só valorizando o trabalho de Paulina como escritora e reforçando a sua capacidade enquanto mulher bantu para intervir na sociedade moçambicana e contribuir para o mundo da lusofonia, como para dar nova confiança e perspetiva à própria escritora acerca da potencialidade e alcance da sua obra.

Neste enformar da opinião pública por via da escrita, há dois parâmetros que se torna essencial considerar. Por um lado, o facto de Paulina escrever em português, uma língua que não é a sua língua materna e que, por isso, não é aquela em que pensa e sente, além de ser uma língua conotada com o colonizador e que não encontra, muitas vezes, tradução equivalente na cultura bantu para muitos dos termos descritos nesta última. (Lucas, 2022, 9) Por outro lado, é uma língua que permite a Chiziane e a outros autores do mundo lusófono, contribuírem com uma perspetiva autóctone e autêntica para uma realidade moçambicana que tem sido retratada por europeus e que, por isso mesmo, constitui apenas uma recriação imaginada da realidade africana, nomeadamente do que é Moçambique e ser moçambicano. (Leiderfarb, 2022)

Assim, a obra de Paulina Chiziane baseia-se na sua vivência em Moçambique e a sua publicação e o Prémio Camões dão a conhecer essa realidade ao mundo, contribuindo para novas reflexões acerca dos temas que aborda e que vão muito além das fronteiras do seu país. Por sua vez, a recetividade e reconhecimento internacional da escritora ao longo dos últimos anos e, sobretudo, agora com a atribuição do prémio da lusofonia, impactam num país que ainda subalterniza as mulheres e cuja opinião acerca de Paulina Chiziane e da mulher escritora mudou. A mudança de mentalidades e padrões de comportamento está, por isso, em curso, tanto na sociedade que lê o que Paulina escreve, como, possivelmente, na própria escrita da autora. Os próximos anos no-lo dirão.

## CONCLUSÃO

O estigma social ainda pesa sobre as mulheres de todo o mundo: na atribuição de posições de chefia; na paridade salarial; na capacidade das mulheres para surpreender em áreas consideradas mais cerebrais ou técnicas, como a engenharia e a mecânica; na conotação da mulher com sensibilidade e sentimentos que lhe retiram capacidade analítica e racional; numa objetificação sexual presente nos mais diversos quadrantes e que vai desde os meros olhares a ações que são criminosas e que estão na base de movimentos feministas como o #metoo#.

Ler Maria Firmina dos Reis e ler, escutar e analisar Paulina Chiziane é compreender também que a realidade da mulher negra brasileira de Oitocentos e da mulher moçambicana na atualidade é semelhante e transversal a todas as mulheres, assim como o é o racismo de base colonial que ainda vigora nos respetivos países, onde a hierarquia social e as oportunidades ainda dependem da cor da pele. Embora as sociedades brasileira e moçambicana tenham uma forte componente patriarcal e racista, tal realidade existe um pouco por todo o mundo, ainda que em moldes diferentes. Contribui muito para esta realidade o facto de continuar a ser o homem a principal fonte de rendimento do lar, em virtude das diferenças que subsistem na progressão de carreira e nos salários. Esta é uma realidade transversal a todas as sociedades, sendo que aliada à diferenciação de género há, ainda, a diferenciação racial com o homem branco a usufruir de um maior ascendente social.

O homem branco é, assim, fonte de riqueza, poder, e diferenciação social em todo o mundo, tendo isso reflexo na realidade feminina e na hierarquização racial. No que respeita a esta questão e considerando o colonialismo, a perspetiva destas duas mulheres sobre o peso do homem branco sobre a mulher e os negros nos respetivos países e tempos, é fundamental para refletir criticamente acerca destas questões e desenvolver uma maior consciência intercultural, crítica e cívica.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, V. (1998). O Processo de Independência do Brasil, In F. Bethencourt, K. Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa. Vol. 4 – D o Brasil para África (1808-1930)* (p. 10-45). Navarra, Espanha: Círculo de Leitores.
- ARNAUD-DUC, Nicole (1991). As contradições do Direito. In DUBY, G., PERROT, M. (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*, vol. IV – *O século XIX* (p. 96-137). Lisboa: Edições Afrontamento.
- CHIZIANE, P. (1990). *Balada de Amor ao Vento*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Ventos do Apocalipse*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- \_\_\_\_\_ (2000). *O Sétimo Juramento*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Niketche*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- \_\_\_\_\_ (2013). “Eu, Mulher... Por uma Nova Visão do Mundo”, *Abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5 (nº 10), 199 – 205 (texto escrito em 1992 e publicado por indicação da UNESCO em 1994). Link: <https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29695> - último acesso 08/06/2022.
- \_\_\_\_\_, RASTA, P. (2013). *Por Quem Vibram os Tambores do Além*. Maputo, Moçambique: Índico Editores Local.
- \_\_\_\_\_ (2018). *O Canto dos Escravizados*. Belo Horizonte, Brasil: Nandyala.
- \_\_\_\_\_ BAHULE, D. (2021). *A Voz do Cárcere*. Maputo, Moçambique: Gala-Gala Edições.
- \_\_\_\_\_ (2022). *O Alegre Canto da Perdiz*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- DUARTE, E. de A. (2004). Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, M. F. dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto); Posfácio de Eduardo de Assis Duarte* (p. 265-281). Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas.
- DUARTE, C. L. (2012). Literatura, Imprensa e Emancipação da Mulher no Brasil no século XIX. *Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades* (223-231). São Paulo: Quilombhoje.
- FALCONI, J., WIESER, D. (2019). Entre silêncios e interferências: mulheres na imprensa colonial. *Ex aequo*, n.º 39, p. 9-22. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.39.01> – Último acesso 11/03/2023.
- FILHO, N. M. (Org.) (1975). *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis.
- GODINEAU, Dominique (1991) Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias, DUBY, G., PERROT, M. (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*, vol. IV – *O século XIX* (p. 21-39). Lisboa: Edições Afrontamento.
- HENRIQUES, I. de C. (1999). A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos. In F. Bethencourt, K. Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa. Vol. 5 – Último Império e Recentramento (1930-1998)* (p. 216-274). Navarra, Espanha: Círculo de Leitores.
- MACHADO, M. H. P. T. (2019). Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. *Revista Estudos Avançados*, 33 (96), p. 92-108. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0007> – Último acesso 11/03/2023.
- MATTIA, M. C. de. (2020). Eu, Mulher: A Visão de Paulina Chiziane de um Mundo para Mulheres. *Mulemba 12* 22 p. 164-182.

- <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/39823> – Último acesso 11/03/2023.
- MENDES, A. M. (2008), Maria Firmina dos Reis: um marco na literatura afro-brasileira do século XIX. XI *Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências*, USP – São Paulo, Brasil. [https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/078/ALGE\\_MIRA\\_MENDES.pdf](https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/078/ALGE_MIRA_MENDES.pdf) - Último acesso 11/03/2023.
- \_\_\_\_\_ (2012) Maria Firmina dos Reis: uma voz na história da literatura afro-brasileira do século XIX. In: FERREIRA, E., MENDES, A. M. (Orgs.). *Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades* (p. 205-222). São Paulo: Quilombhoje.
- \_\_\_\_\_ (2016). *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revistando o Cânone*. Lisboa: Chiado Editora.
- MUZART, Z. L. (2014). Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. DOI: 10.5212/MuitasVozes.v.2i2.0007. *Muitas Vozes*, 2(2), 247–260. Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6400> - Último acesso 11/03/2023.
- OLIVEIRA, A. C. M. de. (2017). A evolução da mulher no Brasil do período da colônia à República. *Seminário Internacional Fazendo Genero 11 & 13 Women's Worlds Congress*. [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1494945352\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto-13MundodasMulhereseFazendoCidadania11.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1494945352_ARQUIVO_ArtigoCompleto-13MundodasMulhereseFazendoCidadania11.pdf) - Último acesso 11/03/2023.
- RICARDO, M. T. (2019). O Alegre Canto Da Perdiz, De Paulina Chiziane, E O Reconhecimento De Alguns Aspectos histórico-Culturais moçambicanos. *Revista Crioula*, n.º 24 (dezembro), p. 282-91. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2019.156292> – Último acesso 11/03/2023.
- REIS, J. J. (2021). “Slaves Who Owned Slaves in Nineteenth-Century Bahia, Brazil”. *Mecila: Working Paper Series*, n.º 36. São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, <http://dx.doi.org/10.46877/reis.2021.36> - Último acesso 11/03/2023.
- REIS, M. F. (2004). *Úrsula (romance). A escrava (conto). Posfácio de Eduardo de Assis Duarte*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1976) *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade – coleção Sociologia Brasileira*, vol. 4. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- SANTOS, A. R. do N., MENDES, A. de M. (2016). “Configurações de Género na Narrativa de Paulina Chiziane: O empoderamento de vozes femininas”. *Palimpsesto*, n.º 22, ano 15, Dossiê 4 (p. 51-68). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/34994/24712> - Último acesso 11/03/2023.
- SILVA, E. L. de S. (2022). A loucura feminina nos romances de Paulina Chiziane como estratégia de resistência. *Dossiê Temático "Literaturas africanas de língua portuguesa" vol. 24, n.º 1*. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n12022p7-18> - Último acesso 11/03/2023.
- SILVA, L. F. da, CASTILHO, M. A. de. (2014). Brasil colonial. As Mulheres e o Imaginário Social. *Cordis. Mulheres na história*, n.º 12 (jun./jul.) (p. 257-279). <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/21942/16123> - Último acesso 11/03/2023.
- SALAMI, M. (2022), A Historical Overview of African Feminist Strands. In:

- MsAfropolitan. <https://msafropolitan.com/2022/08/a-historical-overview-of-african-feminist-strands.html> - Último acesso 11/03/2023.
- TELLES, N. (1989). Rebeldes, escritoras, abolicionistas. In: *Revista de História*, n.º 120, jan./jul. (p.73-83). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i120p73-83> - Último acesso 11/03/2023.
- TOLOMEI, C. N. (2019). Maria Firmina dos Reis. Decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista. *Ex æquo*, n. 39, p. 153-168: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.39.10>. – Último acesso 11/03/2023
- WIESER, D. (2014). Os Anjos de Deus são Brancos até hoje, entrevista a Paulina Chiziane. *Buala*. 26/11/2014. Link: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/os-anjos-de-deus-sao-brancos-ate-hoje-entrevista-a-paulina-chiziane> - último acesso 08/06/2002.
- ZIN, R. B. (2019). *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. São Paulo, Brasil: Aetia Editorial.

### Teses/Dissertações:

- BASTOS, L. M. de P. C. (2020) *A narrativa de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade* (Tese de Doutorado em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte). <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35005/1/A%20NARRATIVA%20DE%20MARIA%20FIRMINA%20DOS%20REIS%20-%20na%20C3%A7%20C3%A3o%20e%20colonialidade.pdf> – Último acesso 4/03/2023.
- MENDES, A. M. (2006). *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. (Tese de Doutorado em Letras: Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4207/3/000390035-Texto%2BCompleto-0.pdf> – Último acesso 11/03/2023.
- SILVA, R. A. da. (2013). *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. (Tese de Doutorado em História Económica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo). [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/publico/2013\\_RegiaAgostinhoDaSilva.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/publico/2013_RegiaAgostinhoDaSilva.pdf) - Último acesso 11/03/2023.
- SOUSA, L. da S. (2021). *As mulheres do século XIX pelas narrativas de Maria Firmina dos Reis*. (Dissertação de Mestrado em Letras e História – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá). <https://www.uece.br/mihl/wp-content/uploads/sites/66/2022/04/AS-MULHERES-DO-S%C3%89CULO-XIX-PELAS-NARRATIVAS-DE-MARIA-FIRMINA-DOS-REIS.pdf> – Último acesso 11/03/2023.
- TEDESCO, M. do C. F. (2008). *Narrativas da Moçambicanidade. Os romances de Paulina Chiziane e Mia Couto e a reconfiguração da identidade nacional*. Brasília/DF: Universidade de Brasília. [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3339/1/2008\\_MariadoCarmoFTedesc\\_o.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3339/1/2008_MariadoCarmoFTedesc_o.pdf) - Último acesso 11/03/2023.

### Infografia

- <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis> - Último acesso 4/03/23.

- [https://www.youtube.com/watch?v=yLxonib0lZY&ab\\_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty](https://www.youtube.com/watch?v=yLxonib0lZY&ab_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty) – Último acesso 4/03/23.
- [https://www.youtube.com/watch?v=mT7o1404uGU&ab\\_channel=CaioSouto-Conversa%C3%A7%C3%B5esfilos%C3%B3ficas](https://www.youtube.com/watch?v=mT7o1404uGU&ab_channel=CaioSouto-Conversa%C3%A7%C3%B5esfilos%C3%B3ficas) – Último acesso 4/03/23.
- [https://www.youtube.com/watch?v=daHX2jpV1SM&ab\\_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty](https://www.youtube.com/watch?v=daHX2jpV1SM&ab_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty) – Último acesso 4/03/23.
- COUTINHO, I., FLOR, A. (2022). Podcast do Encontro de Leituras: conversa com Paulina Chiziane (Ep. 13º), [Episódio de podcast em áudio]. Em *Público* – parceria entre o *Público* e a *Folha de S. Paulo*. 14/01/2022. Link: <https://www.publico.pt/2022/01/14/culturaipilon/noticia/podcast-encontro-leituras-conversa-paulina-chiziane-1991875> - último acesso a 08/06/2022.
- DUVANEL, T. (2022). “Maria Firmina dos Reis era uma mulher de estratégia”, diz biógrafo da autora homenageada da Flip 2022. *O Globo*. 23/11/22 - <https://amma.com.br/2022/11/28/maria-firmina-dos-reis-era-uma-mulher-de-estrategia-diz-juiz-agenor-gomes-biografo-da-autora-homenageada-da-flip-2022/> - Última consulta 4/03/23.
- FRANCISCO, F. (2021) Resistência à Dominação Colonial Portuguesa no Início da Luta Armada em 1964: Uma Visão Moçambicana. In *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Início da Guerra de África 1961-1965. Ano I* (1). <https://doi.org/10.56092/NVHQ2644> - Última consulta 4/03/23.
- LEIDERFARB, L. (2022). Moçambique nunca conheceu momentos de paz, entrevista a Paulina Chiziane. *Buala*. 19/01/2022. Link: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/mocambique-nunca-conheceu-momentos-de-paz-entrevista-a-paulina-chiziane> - último acesso a 08/06/2022.
- LUCAS, I. (2022). “Paulina Chiziane: O que é que esta mulher tem para dizer?”. *Público, Suplemento Ípsilon* (ed. 11716). 1-9. 27/05/2022.
- \_\_\_\_\_. (2021). Podcast Cruzamentos Literários – Paulina Chiziane (T. 1, Ep. 1), [Episódio de podcast em áudio]. Parceria entre o Instituto Camões em Brasília e a Associação Oceanos. 21/01/ 2021. Link: <https://anchor.fm/cruzamentos-literarios/episodes/01---Paulina-Chiziane-ep8vot> - último acesso a 08/06/2022.
- MALHEIROS, J. V. "A Cabana do Pai Tomás", de Harriet Beecher Stowe. O livro que levou ao fim da escravatura americana. Em *Público*. 18/01/2005. Link: <https://www.publico.pt/2005/01/18/jornal/a-cabana-do-pai-tomas--de-harriet-beecher-stowe-o-livro-que-levou-ao-fim-da-escravatura-americana-24> - Último acesso 4/03/23.